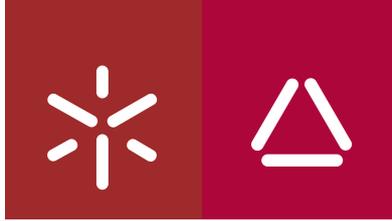


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Flávia Manuela Rodrigues Oliveira

**A Reestruturação da Fração Medieval
da Base de Dados Descritiva da *Colecção
Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Flávia Manuela Rodrigues Oliveira

**A Reestruturação da Fração Medieval
da Base de Dados Descritiva da *Colecção
Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga**

Relatório de Estágio
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo

DECLARAÇÃO

Nome: Flávia Manuela Rodrigues Oliveira

Endereço Eletrónico: flaviamr_oliveira@hotmail.com Telefone: 912369628

Número do Bilhete de Identidade: 14189885

Título do Relatório:

A Reestruturação da Fração Medieval da Base de Dados Descritiva da *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga

Orientador:

Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado:

Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA RELATÓRIO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

“A memória sendo pré-existente seria esculpida pelo pensamento, sendo o resultado desse processo a recordação”

Luís Miguel Pires Pereira

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao orientador científico Professor Doutor Arnaldo Melo pela total disponibilidade, dedicação, apoio e amabilidade prestadas. Estou-lhe muito grata pela orientação dada ao longo deste último ano.

Agradeço ao Arquivo Distrital de Braga, nas pessoas do Dr. António Sousa e Dra. Sandra Meneses pela cordialidade, conselhos e ajuda ao longo do período de estágio. Obrigada pela disponibilidade prestada em todos os momentos. Agradeço a todos os funcionários do ADB pela sua amabilidade, em especial à D. Antónia pela simpatia e incentivo.

À Dr.^a. Raquel Martins pela ajuda e disponibilidade prestadas.

Agradeço à Sara Martins e Fábio Lopes Ferreira pela importante ajuda na redação deste relatório. Sem ela a tarefa teria sido muito mais difícil.

Agradeço de forma muito especial ao Fábio Lopes Ferreira e Sofia Barbosa pela preocupação, ajuda e apoio incondicionais. Obrigada pela vossa amizade e companheirismo.

À Sara Martins pelo incansável apoio e entrega, carinho e dedicação. Obrigada pela sincera amizade.

À Patrícia Gomes pela preocupação e verdadeira amizade.

Aos meus pais pela motivação, constante preocupação e apoio absoluto. Obrigada por estarem sempre presentes.

À minha irmã, Epifânia Oliveira, por ter sido o meu principal apoio ao longo destes cinco anos. Agradeço-lhe a força, amparo, dedicação, paciência e, acima de tudo, por acreditar em mim. Obrigada por seres o meu maior exemplo.

Resumo

O presente trabalho intitulado *A Reestruturação da Fração Medieval da Base de Dados Descritiva da Coleção Cronológica do Arquivo Distrital de Braga* corresponde ao relatório de estágio no âmbito do Mestrado em História que decorreu no Arquivo Distrital de Braga. O objeto de intervenção, durante a realização do estágio, foi a parte medieval (séculos X-XV) da Base de Dados descritiva da *Coleção Cronológica*. Neste relatório narramos todo o processo de transformação da parte medieval da Base de Dados deste fundo documental. Esta reestruturação teve como principal objetivo reorganizar a referida Base de Dados descritiva com o propósito de a tornar mais prática, acessível e simples para os utilizadores. Para além de toda a contextualização dos capítulos introdutórios, será feita a explanação do processo de reestruturação efetuado onde se ressaltará, entre outros aspetos, os objetivos, a metodologia utilizada, bem como os resultados obtidos.

Prende-se demonstrar, através deste relatório, de que forma o estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga permitiu a resolução de um conjunto de importantes dificuldades que impossibilitavam o melhor entendimento da documentação medieval da *Coleção Cronológica*, ao mesmo tempo que assinalamos a descoberta de nova problemáticas cuja resolução pode, no futuro, tornar ainda mais completa e correta a informação transmitida por esse fundo documental.

Palavras-Chave: *Coleção Cronológica*, Arquivo Distrital de Braga, Base de Dados descritiva, documentação medieval, reestruturação fundo documental.

Abstract

This work, entitled The Restructuring of Medieval fraction of the Descriptive data base of Chronological Collection of the Braga's District Archive corresponds to the internship report under the History Masters held at Braga's Archive.

The work object, during the internship, was the medieval part (X-XV centuries) descriptive data base of the Chronological Collection. In this report we present in full detail the entire process of transformation of the medieval part of the database of the documental reserve.

The main objective of this restructuring was to reorganize the descriptive data base in order to make it more practical, affordable and simple for users.

Besides all the contextualization of the introductory chapters, the explanation of the restructuring process will be carried out where it will highlight, among other things, the objectives, the methodology used and the results obtained.

It is intended to demonstrate by this report, how the research at the District Archive of Braga allowed the resolution of a number of important difficulties that disabled a better understanding of medieval documentation of Chronological Collection, while we note the new discovery problems whose resolution could in future become even more complete and accurate information conveyed by this documental reserve.

Keywords: Chronological Collection, Braga's District File, descriptive database, medieval documentation, documental reserve restructuring

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Lista de Abreviaturas.....	xiv
Introdução	15
1. A Evolução Arquivística	19
2. O Sistema Arquivístico Nacional	23
2.1. A Rede Portuguesa de Arquivos.....	23
2.2. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo	24
2.3. Os Arquivos Distritais Portugueses	26
2.4. O Arquivo Distrital de Braga	29
2.4.1. Fundação e História do ADB	29
2.4.2. Espólio Documental do ADB.....	31
3. Enquadramento Histórico da <i>Colecção Cronológica</i>	35
3.1. A Arquidiocese de Braga	35
3.1.1. Evolução Histórica	35
3.1.2. Cabido e Mitra da Sé de Braga.....	37
3.1.3. O Governo da Arquidiocese	41
4. A <i>Colecção Cronológica</i> do Arquivo Distrital de Braga	43
4.1. História.....	43
4.2. Descrição	44
4.1.3. Tipologias Documentais	52
5. O Estágio no Arquivo Distrital de Braga.....	53
5.1. Objetivos	53
5.2. Metodologia	55
5.3. A Reestruturação da Base de Dados Descritiva.....	57
5.3.1. A Base de Dados Pré-existente	57
5.3.2. O Processo de Reorganização	61
5.4. Resultados.....	74
Conclusão.....	75
Fontes e Bibliografia.....	77
Fontes	77
Bibliografia.....	77

Anexos	81
Anexo 1 - Fachada do Arquivo Distrital de Braga.....	82
Anexo 2 - Arcas do Século XVIII que guarda os arquivos do Cabido e Mitra da Sé de Braga	82
Anexo 3 - Mapa que representa Braga e o seu termo no século IX (873).....	83
Anexo 4 - Mapa que representa Braga e o seu termo no século XII (1128).....	84
Anexo 5 - Tabela com os bispos e arcebispos de Braga desde 1071 (restauração da diocese) a 1505 (século XVI)	85
Anexo 6 - Composição do ano de 1237 da autoria do arcebispo D. Silvestre Godinho – <i>Colecção Cronológica</i> , cota 39.....	86
Anexo 7 - Doação da autoria de D. Afonso Henriques dirigida ao arcebispo D. Paio Mendes - <i>Colecção Cronológica</i> , cota 12 (verso)	86
Apêndice 1 - Base de Dados descritiva da <i>Colecção Cronológica</i> – nova versão revista e adaptada, criada no âmbito do estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga.	87
Apêndice 2 - Complemento informativo da Base de Dados descritiva, criado no âmbito do estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga.....	87

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição do número de documentos medievais da <i>Colecção Cronológica</i> agrupados por séculos	46
Gráfico 2 - Representação do conjunto de autores presentes na fração medieval da <i>Colecção Cronológica</i>	47
Gráfico 3 - Representação do conjunto de destinatários presentes na parte medieval da <i>Colecção Cronológica</i>	48
Gráfico 4 - Distribuição do número de documentação pelos arcebispos da arquidiocese de Braga (autores e destinatários) com maior expressão quantitativa	50
Gráfico 5 - Distribuição do número de documentação pelos arcebispos da arquidiocese de Braga, como autores e destinatários, seguindo o critério cronológico.....	51

Índice de Figuras

Figura 1 - Parte da Base de Dados pré-existente relativa às colunas “sumário” e “sumário 2”	58
Figura 2 - Formato da Base de Dados Access da <i>Colecção Cronológica</i> previamente existente	60
Figura 3 - Formato da Base de Dados migrada para o programa Excel.....	62
Figura 4 - Parte da Base de Dados Excel relativa às três colunas acrescentadas	63
Figura 5 - Formato da Base de Dados reestruturada.....	67
Figura 6 - Representação do complemento informativo intitulado “Guião Descritivo”	73

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Subséries da Base de Dados descritiva	69
Tabela 2 - Séries da Base de Dados descritiva compostas por uma tipologia documental.....	70
Tabela 3 - Total do número de séries e subséries da Base de Dados descritiva	70

Lista de Abreviaturas

ADB - Arquivo Distrital de Braga

RPA - Rede Portuguesa de Arquivos

DGLAB - Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas

CC - *Colecção Cronológica*

Vol - Volume

Introdução

No presente relatório, que tem como título “*A Reestruturação da Fração Medieval da Base de Dados Descritiva da Coleção Cronológica do Arquivo Distrital de Braga*”, pretendemos proceder à descrição pormenorizada do estágio realizado no ADB e que incidiu sobre a parte medieval da Base de Dados descritiva da *Coleção Cronológica*. Este teve a orientação científica do Professor Doutor Arnaldo Melo e, no âmbito do estágio no ADB, contou com a orientação e apoio por parte da instituição de acolhimento do Dr. António Sousa, Diretor do ADB e da Dra. Sandra Meneses, técnica superior do ADB.

O trabalho concretizado, ao longo do período de estágio, teve como principal objetivo a transformação da já referida Base de Dados descritiva num formato mais simples mas, acima de tudo, mais compreensível. Procedemos também à revisão e correção de algumas tipologias documentais, bem como a alterações no que concerne aos campos informativos da Base de Dados. Constando as fortes limitações da Base de Dados existente, que constitui o único instrumento descritivo abrangente da *Coleção Cronológica*, o grande objetivo deste estágio era assim contribuir para a identificação dos principais problemas da Base de Dados e utilizar uma metodologia de correção, aplicada neste estágio de forma experimental e não exaustiva. Desse modo pretende-se que, no futuro, tal revisão e correção da Base de Dados possa vir a ser aplicada a toda a *Coleção Cronológica*, se o ADB assim o entender, e assim contribuir para criar um instrumento descritivo corrigido, de acesso mais simples, fiável e rigoroso a disponibilizar no futuro aos utilizadores e funcionários do ADB.

Ao longo deste relatório, procuramos caracterizar todo o processo de estágio mostrando a evolução do método de reorganização da Base de Dados pré-existente.

De acordo com o definido com os responsáveis do ADB, em particular com o seu Diretor, Dr. António Sousa e com a Dra Sandra Meneses, técnica superior do ADB, em articulação com o Mestrado em História através do orientador científico deste estágio, Professor Doutor Arnaldo Melo, o objetivo do nosso estágio era confirmar, corrigir e ajustar a Base de Dados pré-existente, mas mantendo-a como base de trabalho. Ou seja, não se tratava de criar uma nova Base Dados de raiz – se fosse esse o caso os resultados finais seriam muito diferentes - mas rever e adaptar a já existente aos objetivos enunciados. Deve salientar-se que todo o trabalho desenvolvido no estágio seguiu sempre estas condições previamente definidas e este fator deve ser tido em conta na avaliação dos resultados. Por outro lado, deve ainda destacar-se que no trabalho realizado, ainda que se trate de um Mestrado em História, se procurou sempre conciliar as perspetivas e

interesses próprios da Arquivística, e em particular do ADB, com as necessidades e perspetivas da investigação histórica sempre que possível. A articulação destas duas diferentes perspetivas nem sempre se revelou fácil de realizar, mas foi um objetivo assumido e condicionou algumas das soluções encontradas na definição da tipologia documental. Por tudo isto, na revisão e definição das tipologias documentais prevaleceu sobretudo uma dimensão pragmática, mantendo o mais possível as tipologias já existentes, embora criando ou eliminando alguns tipos, quando se nos revelou imprescindível. Note-se que relativamente à classificação tipológica, devido à indisponibilidade de tempo não foi realizada uma revisão do total da documentação a partir da sua visualização. Foram apenas revistos, através de consulta direta, 24 documentos, ou seja, aqueles que apresentavam incorreções ou dúvidas significativas. Os documentos que não foram alvo de uma revisão a partir da observação foram corrigidos com o auxílio da informação disponibilizada na Base de Dados pré-existente. Note-se que neste estágio foi realizada uma primeira avaliação da situação. Detetamos falhas e erros e ensaiamos uma aplicação ou metodologia preliminar que, no futuro, deve ter continuidade mas com maior disponibilidade temporal e uma equipa mais numerosa.

Para além da descrição do procedimento de reestruturação da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* realizamos, no presente relatório, um enquadramento inicial onde, de forma breve e sucinta, procuramos abordar um conjunto de matérias que consideramos fulcrais quer para uma correta contextualização do processo de reestruturação, quer para uma melhor compreensão do conjunto documental que integra a fração que foi alvo de intervenção.

No primeiro capítulo efetuamos uma breve descrição da evolução da arquivística que se caracterizou por uma afirmação crescente no campo científico nas últimas décadas.

No segundo capítulo abordamos a temática ligada aos arquivos portugueses caracterizando a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) e os seus objetivos, bem como a história evolutiva do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ainda neste capítulo realizamos uma breve contextualização sobre a criação dos Arquivos Distritais em Portugal detendo a nossa atenção na caracterização do Arquivo Distrital de Braga destacando a sua história e o seu espólio documental.

O terceiro capítulo é dedicado ao enquadramento histórico da fração medieval da *Colecção Cronológica*. Abordamos sucintamente a história da arquidiocese de Braga centrando-nos sobre o período da Idade Média. Caracterizamos brevemente os períodos suevo e visigótico, bem como a restauração da diocese, destacando algumas figuras que marcaram a história da

arquidiocese. Ainda neste capítulo fazemos uma resumida caracterização do Cabido e Mitra da Sé de Braga e ainda do governo da arquidiocese.

No quarto capítulo levamos a cabo, em primeiro lugar, uma descrição pormenorizada da *Colecção Cronológica* incidindo sobre a história deste fundo e sobre a distribuição da sua documentação medieval tendo em consideração a cronologia, autoria e destinatário. Procuramos também, ao longo desta caracterização, realizar uma análise acerca das tipologias documentais que compõem este fundo.

No quinto capítulo narramos todo o processo de estágio no ADB descrevendo a evolução do trabalho de intervenção realizado na fração medieval da Base de Dados. Nesta medida, procedemos à apresentação dos objetivos que marcam a realização do presente trabalho de estágio, exibindo também a metodologia utilizada no processo em questão. Fazemos a caracterização das fases de transformação da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* destacando os problemas associados ao formato da Base de Dados Access que se encontra atualmente disponível para pesquisa no ADB. Ainda no quinto capítulo, executamos a descrição da tabela explicativa que criamos como auxiliar da Base de Dados principal, á qual chamamos “Guião Descritivo”. Esta funcionará como um complemento informativo, tendo como função melhorar, através da informação por ela disponibilizada, a compreensão do conjunto documental que integra a parte intervencionada, mas também do novo formato que foi criado. No final deste capítulo apresentamos ainda os resultados no que respeita ao trabalho de intervenção executado mostrando a importância deste processo de reestruturação no que concerne à simplificação de um formato que, devido à organização na forma cronológica, colocava entraves significativos relativamente à pesquisa e entendimento da documentação que integra o fundo da *Colecção Cronológica*.

1. A Evolução Arquivística

A prática da Arquivística é primordial para a conservação da memória coletiva. Esta apresenta-se tão antiga quanto a constituição dos arquivos. Iniciámos o estudo acerca desta disciplina retrocedendo aos finais da Idade Média destacando que, neste período, *o desenvolvimento dos Estados e das administrações públicas e senhoriais contribui para uma maior necessidade de organização arquivística (...) ¹ tendo em consideração que, nas grandes cortes europeias, se procedia à nomeação de funcionários para que estes zelassem pela boa ordem dos arquivos. Para além desta obrigação eram também (...) incumbidos de organizar inventários e responsabilizados pela garantia de autenticidade dos documentos (a passagem de certidões e treslados) ².*

Na época moderna, *o trabalho arquivístico passou a assentar em normas escritas e, no século XVII, aparecem os primeiros manuais em que a realidade dos arquivos é vista à luz de uma concepção essencialmente jurídica ³.* Assistiu-se, assim, a uma evolução da Arquivística. Constatamos que o período moderno se afirmou como um marco na história desta área. Referimo-nos ao impacto causado pela Revolução Francesa. Grosso modo, as influências dos ideais revolucionários franceses inspiraram de forma significativa a implantação de regimes liberais em vários países europeus. Essa nova ideologia liberal teve impacto, a vários níveis da sociedade europeia, mas também exerceu influência no sistema arquivístico:

“Foi por motivos político-ideológicos da nova ordem liberal que se iniciou o processo de incorporações em massa de documentação de arquivos privados e de organismos extintos nos novos serviços de arquivos estatais, processo esse que se acelerou ao longo de todo o século XIX (...)”⁴

De acordo com Fernanda Ribeiro, neste contexto, na segunda metade do século XIX, já podemos *falar com propriedade de Arquivística, embora o termo ainda designe, por um lado, uma ciência auxiliar da história e, por outro lado, uma área profissional, de que o arquivista-paleógrafo formado pela École Nationale des Chartes é o símbolo mais emblemático ⁵.*

¹ Fernanda Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*- I Volume (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003), 25.

² Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 25.

³ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 25.

⁴ Fernanda Ribeiro, «Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma», *Revista da Faculdade de Letras, I Série, Vol. 1 (2002):99*.

⁵ Ribeiro, «Da arquivística técnica...», 99.

De acordo com a mesma autora, a automatização disciplinar da Arquivística só pode ser situada em finais do século XIX. Segundo Fernanda Ribeiro, é a famosa publicação, no ano de 1898, do “manual dos arquivistas holandeses”, que estabelece o marco a partir do qual a Arquivística deixa de se caracterizar como um auxiliar da ciência histórica para iniciar uma crescente afirmação enquanto disciplina de natureza técnica, *embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista*.⁶

Entre o final do século XIX e os inícios do século XX são diversas as questões que devemos destacar no que concerne à consolidação da Arquivística. Nesta senda, citamos Fernanda Ribeiro:

“Por um lado, a propagação do modelo herdado da Revolução Francesa, que começou a assentar em diversas medidas regulamentadoras, entre as quais, a criação de um organismo central de coordenação arquivística, em variados países. Em Itália, surgem também diplomas legislativos mais específicos e inovadores, designadamente regulamentos destinados aos arquivos da administração central (1900) ou à selecção de documentos (1902). Por outro lado, assistimos a desenvolvimentos importantes, que nos Estados Unidos da América, onde Waldo Leland formaliza, em 1912, alguns princípios arquivísticos fundamentais para a aplicação em serviços do Estado, mercê dos contactos com arquivistas europeus (...), quer no Leste Europeu, onde ocorrem grandes alterações ao nível da organização e da política arquivísticas, em consequência, da revolução russa de 1917. Além disso, aparecimento de manuais especializados como o de Hilary Jenkinson, na Grã-Bretanha (...), que se tornou a obra de referência mais importante para os arquivistas britânicos e americanos, ou o do italiano Eugenio Casanova (...), é um sintoma evidente da afirmação da disciplina”⁷.

Estas publicações apresentam-se como importantes fatores na evolução da disciplina Arquivística. No entanto, devemos denotar que, no período entre as duas grandes guerras mundiais, esta disciplina teve de enfrentar o problema ligado à avaliação, seleção e eliminação de documentação em resultado do significativo aumento da produção documental. É neste âmbito que surgem, paralelamente aos arquivos históricos, os designados *records management*. Nesta perspetiva, destacamos os denominados *records managers* que lidavam com a mesma informação que os arquivistas ditos tradicionais, mas a diferença é que desenvolveram métodos de trabalho fundamentalmente marcados por um grande pragmatismo e eficiência no que concerne à gestão dos documentos correntes.

⁶ Ribeiro, «Da arquivística técnica...», 99.

⁷ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 30

A década de cinquenta é assinalada pela criação do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A). O facto é que este novo organismo teve, desde o início, um papel considerável no que toca à evolução da Arquivística, sobretudo com a (...) *organização de congressos internacionais, de reuniões técnicas dedicadas a temas específicos, da publicação da revista Archivum e de outros documentos com carácter orientador e normativo*.⁸ Ainda nesta década atribuímos destaque ao manual de Adolf Brenneke e ao estudo de Theodore Schellenberg com o título *Modern archives: principles and techniques*. Ressaltamos também o trabalho de Leopoldo Cassese, designado *Introduzione allo studio dell'archivistica*. Estas obras e estudos apresentam-se como exemplos da procura de sistematização teórica que envolveu esta disciplina numa época em que, (...) *a acentuada evolução tecnológica criava e agudizava problemas práticos de vulto, acentuando-se a tendência tecnicista na forma de encarar a disciplina*⁹.

A década de sessenta é assinalada pela realização, no ano de 1962, na cidade de Madrid, da 7ª Conferência Internacional da *Table Ronde des Archives* marcada pelo tema *O Conceito de arquivo e as fronteiras da Arquivística*. Nesta conferência são evidenciadas as questões com que, na altura, a comunidade arquivística se confrontava e debatia. Nos anos sessenta, ganha destaque a ideia de que existe uma procura de definição do objeto da Arquivística. A década de setenta é assinalada pelas publicações ligadas ao aprofundamento das questões teóricas. Nesta senda, destacamos dois trabalhos publicados em França. O primeiro da autoria de Carlo Laroche, intitulado *Que signifie les respect des fonds?: esquisse d'une Archivistique structurale*. O segundo do autor Michel Duchein, designado *Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques*.

A década de oitenta é marcada pelas preocupações com o carácter científico da atividade arquivística e o seu método. Neste período desenvolve-se a procura das bases teóricas da Arquivística, sobretudo nos Estados Unidos da América, salientando-se a publicação de um conjunto de artigos pela revista *The American Archivist*. Podemos destacar os nomes de Lester Cappons, Frank Burke, Frank Boles, Gregg Kimball, Harold Pinkett, Frederick Stielow e John Roberts que se evidenciam na discussão sobre a temática da *archival theory*. O certo é que, nos EUA, assiste-se, na mesma década, ao lançamento de inúmeras publicações ganhando destaque o significativo incremento da investigação arquivística. É assaz importante evidenciar que, noutros países, existe também uma afirmação de novas preocupações sobretudo no que

⁸ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 33.

⁹ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 34.

concerne à cientificidade da Arquivística e à respetiva fundamentação teórica. Destacamos, por exemplo, os estudos Canadenses.

O facto é que, *o movimento de renovação dos estudos arquivísticos, que se fez sentir no continente americano (...) ¹⁰*, teve uma idêntica expressão em diferentes países europeus. Em Itália, por exemplo, destaca-se a obra de Elio Lodolini intitulada *Archivistica: principi e problemi*. Nesta obra o autor faz uma síntese de toda a sua visão e em especial no que diz respeito à fundamentação científica da Arquivística.

Na década de noventa, o tema que reuniu (...) *os arquivistas mundiais foi o da normalização, designadamente no que se refere à elaboração de normas descritivas e criação de registos de autoridade.*¹¹ Note-se que foi por ação do Conselho Internacional de Arquivos, que esta questão passou a constituir objeto de estudo tendo sido fundada, no ano de 1990, uma Comissão *Ad Hoc* sobre Normas de Descrição com o objetivo de preparar uma norma internacional. Do trabalho desta Comissão resultaram três documentos normativos, isto é, *uma declaração de princípios orientadores da descrição arquivística, a norma ISAD (G) e uma outra norma destinada à criação de registos de autoridade, com a designação de ISAAR (CPF).*¹² A importância conferida às normas de descrição, conduziu a que a sua discussão fosse assunto de encontros internacionais tornando-se importante atribuir destaque aos encontros realizados na cidade do México, no ano de 1993, e em Itália, mais precisamente, na cidade San Miniato, no ano de 1994. No que respeita à discussão das bases científicas da Arquivística, destacamos a realização de um conjunto de reuniões internacionais. É o caso do encontro realizado na Universidade de Macerata, em 1990, onde se salientou a preocupação com a Arquivística enquanto disciplina científica, o seu progresso histórico, as suas bases e o seu método.

O facto é que a Arquivística teve um desenvolvimento significativamente marcado pelo surgimento de um conjunto de importantes obras e estudos que procuraram aprofundar a investigação nesta área. Caracterizamos uma disciplina que, de acordo com Fernanda Ribeiro, progrediu da seguinte forma:

¹⁰ Ribeiro, *O Acesso à Informação dos Arquivos*, 40.

¹¹ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 42.

¹² Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 43.

“Primeiramente numa situação de disciplina “auxiliar” de outras ciências (...), mais tarde automatizando-se e delimitando o seu espaço – ainda que assente num conhecimento essencialmente empírico - a Arquivística evoluiu numa linha coerente e muito própria, a ponto de (...), ter conseguido ganhar o estatuto de cientificidade”¹³.

Verificamos, assim, que a Arquivística foi alvo de um significativo progresso destacando-se, sobretudo ao longo do século XX, a procura da sua afirmação no campo científico. Referimo-nos a uma afirmação alicerçada, como já mencionamos, na publicação de inúmeros trabalhos, mas também na criação do designado Conselho Internacional de Arquivos e na realização de um conjunto de encontros internacionais onde a protagonista era, inequivocamente, a Arquivística.

2. O Sistema Arquivístico Nacional

2.1. A Rede Portuguesa de Arquivos

A importância dos arquivos na preservação e salvaguarda documental é inequívoca. Em sua posse encontram-se acervos documentais de enorme significado para o estudo científico. A sua origem remete-nos para o período em que a escrita começou a estar ao dispor da sociedade humana. O facto é que o nosso conhecimento *sobre a existência de arquivos remonta, precisamente, às antigas civilizações do Médio Oriente, em locais referenciados como berço da escrita*¹⁴. A primeira forma de arquivos tem uma origem que podemos considerar muito remota. Falamos de arquivos bastante distintos das entidades atuais, mas cujo conhecimento é fulcral para percebermos desde quando é que o ser humano atribui importância à salvaguarda da sua memória. Podemos afirmar que a história dos arquivos é extensa na medida em que se sucedeu uma natural evolução até chegarmos ao tipo de instituições arquivísticas de que hoje dispomos. É relevante salientar que, atualmente, os arquivos desempenham um papel fundamental na salvaguarda da memória histórica.

Portugal dispõe de um conjunto de importantes arquivos que guardam documentação de inestimável valor. Para percebermos o sistema arquivístico em Portugal, evidenciamos a Rede Portuguesa de Arquivos. Esta entidade, criada pela Direção-Geral de Arquivos, atual Direção – Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) tem por principal objetivo:

¹³ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 44.

¹⁴ Armando da Silva, *et al*, *Arquivística- Teoria e Prática de uma Ciência da Informação- Vol1* (Porto: Edições Afrontamento, 1999), 45.

“ (...) promover a divulgação do património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de uma memória colectiva, base de uma entidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil” .¹⁵

A referida rede é atualmente constituída pelos arquivos que, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 103/2012. In D.R. n.º 95, Série I de 2012-05-16, compõem a DGLAB. A RPA procura, acima de tudo, desempenhar um papel contributivo para uma (...) *abordagem integrada dos arquivos, para potenciar recursos e estruturas arquivísticas já existentes, promovendo a sua articulação, com o objetivo maior de proporcionar, ao cidadão em geral, a recuperação de informação pertinente* ¹⁶. Constatamos que a RPA assume um importante papel na divulgação do património arquivístico português, procurando tornar o mesmo mais acessível ao cidadão. Com recurso a esta entidade, conhecemos a diversidade de arquivos portugueses que trabalham diariamente para garantir a preservação da memória histórica. Sendo assim, destacamos a relevância das instituições arquivísticas na procura de manter protegida e acessível a documentação que nos permite construir a nossa história.

2.2. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo apresenta-se como o principal arquivo português. O mesmo possui um acervo documental cuja riqueza é absolutamente evidente. A sua história está diretamente ligada à instalação de um arquivo fixo numa das torres do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, para salvaguarda dos documentos da Coroa, isto é, o mesmo foi instituído para preservar documentação régia, especialmente a de índole fiscal. A atribuição do nome Torre do Tombo prende-se *por aí se conservarem as escrituras do “tombo”, termo que designava o chamado livro de “Recabedo Regni”, ou seja, o das receitas da Coroa (...)* ¹⁷. A existência do arquivo só aparece documentada no ano de 1378 embora *existam (...) autores que afirmam ter sido em época anterior que o arquivo da Coroa se fixou em Lisboa (...)*.¹⁸

¹⁵ RPA, «Objetivos da RPA», Rede Portuguesa de Arquivos, <http://arquivos.pt/identificacao-institucional/objectivos-da-rpa/>, consultado a 9 de setembro de 2015.

¹⁶ RPA, «Objetivos da RPA», Rede Portuguesa de Arquivos, <http://arquivos.pt/identificacao-institucional/>, consultado a 9 de Setembro de 2015.

¹⁷ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 68.

¹⁸ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 59

No dia 1 de novembro de 1755, devido ao terramoto ocorrido na capital, a torre ruiu e o Arquivo teve de ser transferido para outro local, o Mosteiro de São Bento da Saúde. O Arquivo manteve-se no mesmo espaço até à construção de um novo edifício na cidade Universitária de Lisboa para onde foi transferido no ano de 1990, onde se encontra instalado até hoje. De entre a significativa lista de guarda-mores do Arquivo evidenciam-se alguns que também desempenharam a função de cronistas-mores do reino como é o caso de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara mas também Rui de Pina, Fernão de Pina, Damião de Góis e António de Castilho.

Como vimos, o Arquivo da Torre do Tombo foi instituído com o propósito de se tornar no depósito da documentação da Casa da Coroa. O facto é que, com o decorrer dos tempos, o mesmo transformou-se no Arquivo geral do reino, passando, assim, a incorporar cartórios distintos, oriundos de organismos da administração do Estado mas também de entidades privadas. Como exemplo da incorporação de outro tipo de documentação temos a integração de produção documental eclesiástica. Para percebermos esta questão temos de recuar a 1820-1834, aquando da Revolução Liberal. Nesta senda, citamos Fernanda Ribeiro:

“Em consequência da política liberal, que veio concentrar nas mãos do Estado a propriedade fundiária que durante o Antigo Regime estivera na posse da Igreja, os arquivos Eclesiásticos – onde se conservavam os títulos relativos à administração dos bens nacionalizados – acabaram por ser também transferidos para a tutela do Estado (...)”.¹⁹

Desta forma, muita documentação eclesiástica foi incorporada na Torre do Tombo e, mais tarde, nos Arquivos Distritais. O facto é que, este processo de nacionalização dos cartórios eclesiásticos trouxe consequências negativas, isto porque, muita da documentação eclesiástica acabou por desaparecer. Note-se que, no ano de 1823, o Real Arquivo da Torre do Tombo passa a dispor de um Regulamento Provisional, passando a ser designado de Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Nos dias de hoje encontramos, no respetivo Arquivo, documentação desde o século IX até à atualidade. Podemos afirmar que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo se apresenta como protetor de um vastíssimo espólio documental que se evidencia pela sua enorme relevância histórica. No entanto, devemos igualmente destacar um conjunto de outros arquivos que também assumem uma considerável importância na construção da memória coletiva. Referimo-

¹⁹ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 285.

nos aos arquivos distritais e municipais que contribuem de forma inequívoca para a construção da história regional, mas também nacional.

2.3. Os Arquivos Distritais Portugueses

No início do século XX ocorre a fundação dos primeiros arquivos distritais em Portugal. O facto é que para a melhor compreensão da questão da formação deste tipo de arquivos, temos de retroceder ao século XIX, mais precisamente, ao período após a Revolução Liberal. A partir de 1820-1834, como já referimos no primeiro capítulo, verifica-se a existência de um conjunto de mudanças relevantes. Neste sentido, destacamos o surgimento, pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. A mesma foi fundada para se dedicar *à salvaguarda do património documental, que havia sido regulamentada pela lei de 2 de Outubro de 1862*²⁰.

Anos após a fundação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, foi criada uma reforma legislativa que introduziu novos elementos no que respeita a estas duas instituições. A referida reforma consumou-se pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901. De acordo com a mesma, iria proceder-se a uma reorganização da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos centralizando-se os serviços da referida Inspeção no cargo de bibliotecário-mor. Para além desta alteração, destaca-se também a criação de uma nova secção na Biblioteca Nacional, designada de Arquivo da Marinha e Ultramar.

Quase dez anos após o lançamento do referido decreto, deu-se a implantação da República em Portugal. O novo regime trouxe também uma nova reforma:

“ (...) imbuído do espírito democrático que caracterizou a 1ª República surge o decreto de 18 de Março de 1911, reorganizador dos serviços das “Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da “Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial”, passando agora o organismo coordenador a designar-se de Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos”.²¹

Com o objetivo de pôr termo a tudo o que estava relacionado com o regime anterior, esta nova reforma levou à dissolução do cargo de bibliotecário-mor, bem como à promulgação de uma nova organização das bibliotecas e arquivos. Foi ainda retirada a designação de real ao Arquivo da Torre do Tombo passando apenas a ser denominado, como referimos no capítulo

²⁰ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 469.

²¹ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 472.

anterior, de Arquivo Nacional. O facto é que, relativamente aos arquivos, *os avanços são muito mais tímidos, resumindo-se, no decreto a três pequenos artigos* ²².

Note-se que esta reforma republicana foi alvo de um conjunto de críticas por parte de algumas personalidades da época. Neste sentido podemos destacar, entre outros, Pedro de Azevedo (historiador e arquivista) que evidenciava os problemas ligados ao aumento da produção documental e da necessidade de se proceder à sua correta gestão. Na época, Pedro de Azevedo, defendia a criação de arquivos descentralizados. O certo, é que embora a lei do ano de 1911, no que concerne aos arquivos, possa ser considerada como uma prossecução do que vinha sendo perspetivado desde 1887, pois não existiram transformações de fundo na política seguida desde então, *a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos vai conhecer uma dinâmica nova, a partir do momento em que Júlio Dantas é nomeado para o cargo de Inspector (...)* ²³ em Maio de 1912. Evidenciámos o trabalho que o mesmo realizou no âmbito da arquivística nacional. Desde cedo, Júlio Dantas entendeu que não era viável continuar com a política que tinha como objetivo reunir na Torre do Tombo todo o património arquivístico nacional. Se por um lado tinha perceção deste facto, ao mesmo tempo, confrontava-se com a problemática falta de espaço no Arquivo Nacional. Estas circunstâncias levaram à tomada de decisão, por parte de Júlio Dantas de iniciar a criação de Arquivos Distritais seguindo, assim, o caminho da descentralização.

Como percebemos, a criação dos Arquivos Distritais foi extremamente necessária para se proceder a uma correta e organizada gestão da enorme produção documental nacional dado que era impossível agrupar toda essa produção no Arquivo da Torre do Tombo. Neste sentido, torna-se relevante atribuímos destaque a esse conjunto de arquivos cuja fundação se iniciou no princípio do século XX. Destacamos os Arquivos Distritais de Évora, Bragança e Leiria que foram instituídos no ano de 1916. No ano seguinte, em 1917, foi criado o Arquivo Distrital de Coimbra, ou seja, o já existente Arquivo da Universidade de Coimbra passa, a partir dessa data, a desempenhar também as funções de Arquivo Distrital. No mesmo ano é ainda fundado o Arquivo Distrital de Braga ²⁴.

A década de trinta é assinalada pelo Decreto de 1931, a grande reforma do Estado Novo relativamente aos arquivos e bibliotecas. A mesma teve como *propósito reorganizar a Inspeção num sentido de grande amplificação das suas atribuições, tornando-se assim muito mais larga e*

²² Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 474.

²³ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 478.

²⁴ Ribeiro, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 481.

fecunda a sua ação (...) ²⁵ A respetiva reforma teve também como objetivo regulamentar um conjunto de aspetos considerados fundamentais para o bom funcionamento dos arquivos e bibliotecas, (...) *desde a componente orgânica, às questões de ordem material (edifícios e equipamentos), passando ainda pelas questões da formação dos recursos humanos, a quem se exigia uma formação profissional adequada.*²⁶ É nesta década que surgem os Arquivos Distritais, do Porto (1931), Viseu (1932) e Portalegre (1933). Nas décadas posteriores denota-se um esmorecimento da Inspeção dos Arquivos e Bibliotecas. A instituição entra num estado de marasmo conduzindo *à reforma legislativa, uma reestruturação vasta e profunda, que extinguiu a Inspeção como organismo autónomo (...)* ²⁷. Note-se que ainda no período de ditadura, no ano de 1965, são criados os Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Aveiro, Beja, Santarém, Guarda, Vila Real e Castelo-Branco.

Constatamos que os arquivos distritais desempenham, em Portugal, um papel predominante na garantia da salvaguarda documental e na realização do estudo histórico. Nesta senda, evidenciámos a procura por parte destas instituições de tornar cada vez mais acessível e eficaz a pesquisa e leitura documental. Como exemplo desta questão destacamos o projeto Digitarq: Produção, Conversão e Gestão de conteúdos Digitais de Arquivo. Este software, desenvolvido pelo Arquivo Distrital do Porto sob a administração da Direção Geral de Arquivos (atual DGLAB) e, com o auxílio técnico da Universidade do Minho, coloca à disposição do utilizador uma forma de pesquisa mais inteligível e prática. Verificamos que existe a clara intenção de simplificar a procura e visualização de documentação dos arquivos através do recurso às novas tecnologias, neste caso a internet. Assim, torna-se mais simples a pesquisa e leitura documental a partir da adaptação dos serviços às novas tecnologias de informação. Desta forma, é permitido ao utilizador usufruir, a partir do *site* da instituição, de um conjunto de serviços que outrora apenas eram disponibilizados presencialmente no arquivo. Caracterizamos, no presente capítulo, a evolução da história dos arquivos distritais portugueses, mas também devemos salientar a importância do papel desempenhado pelo conjunto de arquivos municipais que assumem um papel significativo na preservação da memória local.

²⁵ Ribeiro, «Antes e para Além do Arquivo Nacional...», 54.

²⁶ Ribeiro, «Antes e para Além do Arquivo Nacional...», 54.

²⁷ Ribeiro, «Antes e para Além do Arquivo Nacional...», 56.

2.4. O Arquivo Distrital de Braga

2.4.1. Fundação e História do ADB

Depois de expormos a questão que aborda o sistema arquivístico português aludindo à Rede Portuguesa de Arquivos, bem como à origem do arquivo nacional e arquivos distritais portugueses, avançamos para a descrição pormenorizada do Arquivo Distrital de Braga na medida em que foi no ADB que se realizou o presente Estágio Curricular. Iniciámos a referida descrição com a história da fundação da instituição e a sua evolução.

Fundado a 11 de Agosto de 1917 através do Decreto-lei nº 3286, o Arquivo Distrital de Braga apresenta-se como um dos principais arquivos portugueses sendo detentor do mais rico e importante cartório eclesiástico do país: o Cartório do Cabido. Desde a data da sua criação até 1935, o ADB esteve instalado em condições precárias, na antiga Escola do Magistério Primário. No ano de 1934, após a conclusão das obras no antigo Paço Arquiepiscopal, o Arquivo é transferido para este edifício, onde ainda hoje se mantém²⁸. De acordo com Maria de Assunção Jácome de Vasconcelos, a criação do Arquivo Distrital de Braga, justificou-se pelo facto de neste (...) *cabem um material complexo e único - os documentos - um tipo de utilizador próprio - o investigador- e um escopo específico, a preservação e descoberta de formas de cultura, ou seja, em última análise, o conhecimento do próprio homem* ²⁹

Fazem parte das competências do ADB preservar e difundir os fundos documentais que nele se encontram e, ao mesmo tempo, proceder à integração de documentos das Conservatórias do Registo Civil e Notarial do Distrito de Braga. No entanto, o art.º n.º 3, n.º 1, do decreto-lei n.º 149/83, de 5 de abril de 1983, define que são de incorporação obrigatória nos arquivos distritais não só os documentos já referidos, mas também a documentação dos tribunais, os documentos dos serviços cessantes e *todos os outros documentos que, nos termos da lei, devam recolher aos arquivos distritais ou se venha a reconhecer que convém neles recolher.*

Ao longo da sua existência, o ADB sempre teve como objetivo auxiliar os seguintes agentes: o investigador de história, isto é, sendo o Arquivo uma fonte primária de investigação científica constitui-se como base primordial da investigação histórica; investigadores de outros campos científicos, nomeadamente, das áreas dos estudos linguísticos, economia, área jurídica,

²⁸ Ver anexo 1.

²⁹ Maria Assunção Jácome de Vasconcelos, *O Arquivo e a cidade, Páginas da História Bracarense* (Braga: Universidade do Minho/ Arquivo Distrital de Braga, 2008),43.

arquitetura, genealogia, entre outras; o cidadão na medida em que, no ADB, este *pode encontrar os títulos jurídicos e os testemunhos necessários para a defesa e reivindicação dos seus direitos e salvaguarda dos seus interesses*.³⁰; a Administração Pública, ou seja, no Arquivo a mesma tem acesso aos (...) *antecedentes para o seu bom Governo e administração*.³¹.

No ano de 1973 inicia-se uma nova fase para o Arquivo Distrital de Braga. A instituição é integrada na Universidade do Minho, então criada. De acordo com Maria de Assunção Jácome de Vasconcelos, com a parceria da Universidade do Minho, o Arquivo Distrital de Braga transformou-se numa *unidade aberta ao exterior, perdendo o carácter de mero e burocrático depósito de documentos*.³²

A partir do ano de 1984 procede-se à implementação de um conjunto de outros serviços e à projeção do ADB no exterior, resultando num conjunto de ações significativas, tais como: criação de uma linha editorial, ou seja, a partir da publicação de inventários e sumários dos documentos, bem como a edição de outro tipo de trabalhos históricos; fundação do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais cuja função seria a de coordenar os trabalhos arquivísticos e prestar apoio técnico aos Arquivos Municipais do Distrito de Braga; organização de conferências; assinatura de um protocolo com as Câmaras Municipais do Distrito; adoção de uma estratégia metódica para o tratamento de informação arquivística por computador, bem como o lançamento, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Departamento de informática da Universidade do Minho, (...) *de um projeto piloto na área da representação e tratamento de “conhecimento” em história e Arquivística* ³³; assinatura de protocolos e acordos com a Sociedade Genealógica do Utah, Instituto Português de Arquivos e Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho.

Com o passar dos anos, o ADB não deixou de apostar em novos projetos e iniciativas. De acordo com informação disponibilizada pelo ADB, apresentam-se como importantes ações a assinatura de um protocolo, em 2009, com a Family Search permitindo a digitalização de todos os livros de registos paroquiais custodiados pelo ADB, assim como outras séries arquivísticas de relevo para os estudos genealógicos. Evidenciamos também a aquisição do *software* de descrição arquivística Archeevo, com módulo de pesquisa de descrições e visualização de imagens de documentos através da internet, bem como a normalização e conversão das bases

³⁰ Vasconcelos, *O Arquivo e a cidade...*, 44.

³¹ Vasconcelos, *O Arquivo e a cidade...*, 44.

³² Vasconcelos, *O Arquivo e a cidade...*, 53.

³³ Vasconcelos, *O Arquivo e a cidade...*, 53.

de dados já existentes no Arquivo para este novo software e sua publicação on-line. Este tipo de iniciativas demonstram, como já referimos anteriormente, a aposta dos arquivos na facilitação de uma pesquisa e consulta de documentação mais acessível e inovadora.

Torna-se ainda imperativo que salientemos a importância do conjunto de publicações que o ADB tem lançado. Destacamos apenas algumas, tais como: *Memórias Particulares de José Inácio Peixoto*, publicado no ano de 1992 com a coordenação de José Viriato Capela; *Um Livro de Horas do Arquivo Distrital de Braga: descrição codicológica*, da autoria de Maria João Lopes Calheiros Carvalho. O mesmo foi lançado em 1994; *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense*, publicado no ano de 2013. Esta obra corresponde à transcrição e estudo, por Ana Maria Macedo, das memórias de João Luís Jácome.

Com uma história de difusão e preservação documental, o Arquivo Distrital de Braga destaca-se como uma das mais significativas instituições arquivísticas portuguesas. Esta é uma entidade com um vasto e importante espólio documental sendo que, ao longo da sua existência, o ADB incorporou um conjunto de fundos documentais que vieram enriquecer a instituição de forma bastante expressiva. Como exemplo desta incorporação documental ressaltamos o Arquivo Particular do Conde da Barca que fora integrado no acervo documental do ADB no ano de 1926, o Arquivo da Casa do Avelar em 2008, o Arquivo da Assembleia Distrital em 2010, todos os livros de registos paroquiais que ainda se encontravam nas Conservatórias do Registo Civil no ano de 2011 e, por fim, o Arquivo da Associação de Autores de Braga em 2013. De acordo com dados fornecidos pelo ADB, atualmente o mesmo dispõe de mais de 250 mil descrições arquivísticas e cerca de 750 mil representações/imagens digitais de documentos acessíveis remotamente através da internet. Em breve, o Arquivo será alvo de uma nova mudança de instalações, sendo importante destacar que, de acordo com a instituição, esta transformação será positiva para o ADB e, ao mesmo tempo, para os seus utilizadores.

2.4.2. Espólio Documental do ADB

O Arquivo Distrital de Braga apresenta um importante património documental. Na sua posse encontramos documentação com um valor histórico significativo sendo que, uma grande quantidade dos documentos que podemos encontrar nesta instituição encontra-se ligada á

história eclesiástica. Aliás, do vasto acervo documental do ADB, evidenciamos a sua matriz inicial e também mais significativa, ou seja, os cartórios do Cabido e da Mitra da Sé de Braga³⁴.

Atualmente o Arquivo Distrital de Braga possui um relevante número de diferentes fundos documentais. Iniciamos a descrição do espólio documental desta instituição com os seus fundos eclesiásticos. Destaque-se o Cartório do Cabido da Sé de Braga (séculos IX-XX). Deste Cartório estão disponíveis os seguintes instrumentos de pesquisa: Index das Gavetas do Cabido e o Inventário das Cartas do Cabido. Este último é composto pelos sumários das cartas recebidas e emitidas pelo cabido de Braga, entre 1821 e 1874. Incluído nos fundos eclesiásticos encontra-se também o Cartório da Mitra Arquiepiscopal de Braga (séculos X- XIX). Inserido neste cartório encontramos o instrumento de pesquisa intitulado Gavetas das Cartas. Este inventário corresponde aos sumários das cartas dos arcebispos de Braga entre os séculos XV e XVIII. De seguida, salientamos o Cartório da Arquidiocese de Braga (Séculos XV-XX) no sentido da documentação produzida em conjunto pela Mitra e Cabido. Entre os vários fundos documentais que compõem estes cartórios do Cabido, da Mitra e da arquidiocese, destacamos a Coleção Cronológica (séculos X-XIX) que constituiu o objeto de trabalho e de estudo do presente Estágio. Evidenciamos ainda o Catálogo do Bulário Bracarense (séculos XI-XIX) e o Inventário das Visitas e Devassas (séculos XVI-XIX) que fazem parte do conjunto de inventários/instrumentos descritivos pertencentes aos Cartórios do Cabido e da Mitra de Braga.³⁵

Dos fundos eclesiásticos salientamos também o fundo monástico-conventual. Este é composto por documentação que vai desde o século XIII até ao século XIX. No fundo monástico - conventual encontramos um considerável conjunto documental correspondente a mosteiros e conventos de diferentes ordens religiosas. Apresentamos os seguintes exemplos: Beneditinos: Mosteiro de S. Salvador (Braga), Mosteiro de Santa Maria (Pombeiro), Mosteiro de S. Miguel (Refojos de Basto), Mosteiro de Santo André (Rendufe), Mosteiro de S. Martinho (Tibães) e Mosteiros de Santa Ana e S. Bento (Viana do Castelo); Cistercienses: Mosteiro de Santa Maria (Bouro), Mosteiro de Santa Maria (Arouca) e Mosteiro de Santa Maria (Fiães); Cónegos Regrantes de Santo Agostinho: Mosteiro de S. Martinho (Caramos), Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra) e Mosteiro de Santa Maria (Refojos do Lima); Dominicanos: Convento de Santa Rosa de Lima (Guimarães), Convento de Santa Cruz (Viana do Castelo) e Convento de S. Domingos (Vila Real);

³⁴ Ver anexo 2.

³⁵ Sobre o vasto conjunto documental dos Cartórios do Cabido, Mitra e Arquidiocese de Braga do Arquivo Distrital de Braga veja-se Alberto Feio, *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga* (Braga, BPB/ADB, 1920-21) e António H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa* (Lisboa: editorial Estampa, 1988), p. 234-235.

Franciscanos (religiosos e religiosas): Conventos da Nossa Senhora da Conceição, da Nossa Senhora da Conceição da Penha de França, da Nossa Senhora dos Remédios (Braga). Denote-se que os exemplos apresentados não correspondem ao total de entidades monásticas e conventuais presentes neste fundo ³⁶.

Acrescente-se a esses fundos, a Coleção dos Manuscritos (séculos XII-XIX) que é composta por documentação com assuntos diversos como literatura, filosofia, teologia, história, música, genealogia, sendo que, uma grande parte pertence aos cartórios dos extintos mosteiros e conventos. Refira-se também o Cartório das Colegiadas (Séculos XV-XX), onde encontramos documentos pertencentes às Colegiadas de Santa Maria de Barcelos, Santa Maria de Oliveira de Guimarães, Santa Maria dos Anjos de Valença do Minho e Santa Maria Maior de Viana do Castelo. Por fim, salientamos os arquivos paroquiais (séculos XVI-XX). Estes contêm documentação de paróquias de Amares, Braga, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde. Não podemos deixar de ressaltar ainda o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia (séculos XV-XX).

Depois de apresentarmos os principais arquivos correspondentes aos fundos eclesiásticos do Arquivo Distrital de Braga, expomos os fundos públicos. Destaque-se os arquivos do Governo Civil de Braga (séculos XIX-XX), Provedoria de Guimarães (séculos XVII-XIX), Provedoria de Viana do Castelo (séculos XVI-XIX), Conservatória do Registo Civil de Braga (século XX), Conservatória do Registo Civil de Fafe (século XX) e Conservatória do Registo civil de Vila Verde (século XX). Atribuímos igual destaque aos arquivos judiciais compostos pelos 1º, 2º e 3º Círculos do Julgados de Paz de Amares (século XIX). Inseridos nos arquivos judiciais estão também os Juízos de Paz de freguesias de Braga (séculos XIX-XX), Barcelos (séculos XIX-XX), Ponte de Lima (século XIX), Vila Verde (séculos XIX-XX), Monção (século XIX), Montalegre (séculos XIX-XX), Terras de Bouro (século XIX) e, por último, o Juízo de Paz de Viana do castelo (século XIX). Nos arquivos judiciais podemos encontrar ainda documentação dos Tribunais das Comarcas de Barcelos (séculos XVIII-XX), Braga (séculos XIX-XX), Póvoa de Lanhoso (séculos XVIII-XX), Vila Nova de Famalicão (século XX) e Vila Verde (século XIX). Para terminar a apresentação dos arquivos

³⁶ Sobre o fundo monástico- conventual do Arquivo Distrital de Braga veja-se António de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro, *Inventário do Fundo Monástico- Conventual* (ADB/UMINHO, 1985), Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa* p.235 e José Mattoso, «Inventário dos fundos de antigos Mosteiros beneditinos existente no Arquivo Distrital de Braga», *Bracara Augusta*, XX, nº 45/46 (1966) p.358-412.

judiciais refira-se a documentação dos Tribunais do Trabalho de Braga (século XX) e Vila Nova de Famalicão (século XX).

O grupo dos arquivos notariais compõe-se pelos seguintes cartórios: Cartório Notarial de Amares (séculos XVII- XX); 1º e 2º Cartórios Notariais de Barcelos (séculos XVI-XX); 1º e 2º Cartórios Notariais de Braga (séculos XVI-XX); Cartório Notarial de Cabeceiras de Basto (séculos XVII-XX); Cartório Notarial de Celorico de Basto (séculos XVII-XX); Cartório Notarial de Esposende (séculos XVI-XX); Cartório Notarial de Fafe (séculos XVIII-XX); Cartório Notarial de Póvoa de Lanhoso (XVIII-XX); Cartório Notarial de Terras de Bouro (século XX); Cartório Notarial de Vieira do Minho (séculos XVII-XX); 1º e 2º Cartórios Notariais de Vila Nova de Famalicão (séculos XVIII-XX); 1º e 2º cartórios Notariais de Vila Verde (séculos XVII-XX).

Uma referência ainda aos arquivos privados. Neste tipo de arquivos é assaz importante que atribuamos principal destaque aos seguintes: Livraria Cruz (século XX); Casa do Avelar (séculos XVI-XXI); Conde da Barca (séculos XV-XX); Casa dos Biscainhos (século XX); Casa da Mainha (séculos XVI-XX); Casa de Sinde (séculos XVIII-XIX); Conde Agrolongo (séculos XIX-XX); Morgado Mexia Galvão (séculos XIV-XIX; arquivo pessoal José Gomes da Silva (séculos XIII- XX).

Note-se que relativamente aos arquivos apresentados, verifica-se a existência de um conjunto de inventários e catálogos que se encontram disponíveis para consulta *online*. Para além dos inventários, o Arquivo Distrital de Braga, a par de outros arquivos distritais, coloca também á disposição dos seus utilizadores documentação para consulta *online*, como é o caso dos arquivos paroquiais.

A partir da exposição que realizamos verificamos que o espólio documental do Arquivo Distrital de Braga é bastante considerável apresentando um património documental eclesiástico com uma relevância muito significativa. Existe pois um vasto acervo documental com uma clara importância para o estudo científico, entre os quais se inclui a Coleção Cronológica do Arquivo da Mitra.

3. Enquadramento Histórico da *Colecção Cronológica*

3.1. A Arquidiocese de Braga

3.1.1. Evolução Histórica

A fundação de Braga, enquanto diocese, remonta ao século III, mas torna-se imperativo destacar que, a primeira informação considerada segura sobre um bispo de Braga, encontra-se nas atas do I Concílio de Toledo iniciado a 7 de setembro de 397. No início do século V, no contexto das invasões germânicas, o povo suevo invade a Península Ibérica e, no ano de 409, funda um reino fixado na Galécia com capital em Bracara Augusta. Do período suevo evidenciamos a ascensão da diocese de Braga à dignidade de metrópole, no segundo quartel do século V. Foi também durante o período de vigência sueva que se destaca o bispo São Martinho de Dume conhecido como o «apóstolo dos suevos». Note-se que foi durante o governo pastoral de São Martinho de Dume que se concretizou *a divisão administrativa eclesiástica da província da Galécia em torno de dois pólos - Braga e Lugo (...)*³⁷. No ano de 585, o reino suevo é anexado pelo Visigodo. Sem dúvida uma das personagens que mais se destacou foi o bispo São Frutuoso que foi um *grande difusor do monacato visigótico, cujas sobrevivências chegaram aos meados do século XII*³⁸.

No século VIII com as invasões muçulmanas verificou-se a retirada dos bispos da diocese de Braga para Lugo. O restabelecimento das prerrogativas eclesiásticas, administrativas e políticas da diocese de Braga só iria ocorrer no século XI, mais concretamente no ano de 1071 pela mão do bispo D. Pedro. O *primeiro bispo designado para a diocese de Braga restaurada foi D. Pedro que, apesar de identificado com as tradições da Igreja hispânica, na prática, esteve aberto às novidades de natureza administrativa*³⁹. A restauração da diocese parece ter sido bem sucedida. José Marques atribui este sucesso às capacidades de organização e da ação pastoral de D. Pedro. Logo após a restauração, criou a instituição capitular com a sua respetiva escola. Destaque-se ainda a divisão da diocese em terras ou arcediagados, a organização do *censual*, a sagração de inúmeras igrejas, o início da construção da Sé catedral e ainda o considerável número de doações feitas à catedral na pessoa do prelado e do cabido. Por tudo isto a

³⁷ Marques, José, «BRAGA, Arquidiocese de.», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, org. Ana Maria Jorge; Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 223.

³⁸ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 249.

³⁹ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 224.

restauração da diocese de Braga constituiu-se como um importante marco na história da arquidiocese que viria a carregar o título de primaz das Espanhas ⁴⁰.

No seguimento da sua evolução histórica, parece-nos importante também referir a questão dos limites da arquidiocese ⁴¹. De acordo com José Marques, inicialmente os limites diocesanos eram constituídos:

“ (...) pelo Atlântico, desde a foz do Ave até à foz do Lima e por este rio até Lindoso seguindo daqui até ao Douro, sensivelmente pela linha da actual fronteira portuguesa, de que se afastava, a partir da zona de Montalegre e Montenegro, até ao monte Suspiácio e ao rio Esla, cerca de 70 km para além da fronteira transmontana, seguindo, então, pelo Douro, até à foz do rio Corgo, que subia, até além da Ermida, onde inflectia para Ocidente, passando a sul das freguesias da Cumieira e de Louredo e depois de contornar a freguesia de São Martinho do Carneiro rumava à ponte de Amarante. Daqui descia pelo Tâmega até Santo Isidoro e daí para o Ave, onde entrava em Burgães, por ele seguindo até ao mar” ⁴².

Com o passar dos séculos os seus limites sofreram algumas transformações, sobretudo com a criação de novas dioceses, como é o caso da diocese de Miranda fundada no ano de 1545, da diocese de Vila Real em 1922 e, por fim, da diocese de Viana do Castelo em 1977 ⁴³.

Uma das questões que importa abordar no que concerne à história da arquidiocese, é a presença das ordens religiosas. Note-se que (...) *dos 78 mosteiros fundados na região minhota da arquidiocese de Braga principalmente no século XI (...), apenas 46 permaneceram para além de 1200* ⁴⁴. Dos mosteiros beneditinos, que tinham subsistido para além de 1200, apenas nove perduraram até ao século XV naquela região minhota. A presença cisterciense na arquidiocese de Braga foi pouco notada, restringindo-se a zonas com menor povoamento, isto se fizermos a comparação com outras dioceses como Coimbra, Lisboa ou Lamego. Relativamente às ordens mendicantes, a sua presença na arquidiocese bracarense fez-se notar desde cedo. Os franciscanos fundaram Conventos em Guimarães e Bragança. As primeiras clarissas marcaram a sua presença com o Convento de Santa Clara em Vila do Conde, fundado no ano de 1318. A

⁴⁰ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 224.

⁴¹ Ver anexos 3 e 4.

⁴² Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 227.

⁴³ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 227.

⁴⁴ Bernardo de Sá Nogueira, «O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)», em *História Religiosa de Portugal*-Vol I, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa; Círculo de Leitores, 2000), 158.

influência das ordens militares no eclesiástico da arquidiocese de Braga nota-se quase exclusivamente em Trás-os-Montes, principalmente em terras de Miranda ⁴⁵ com principal destaque para os Templários/Cristo e Hospitalários. Na região do Minho, a presença das ordens militares limitava-se às Igrejas de Santa Maria de Aboim em Nóbrega e São Antão e Santa Eulália de Sousela em Sousa, da Ordem de São João do Hospital.⁴⁶

A história da arquidiocese de Braga é consideravelmente marcada pelas figuras que dela fizeram parte. Referimo-nos aos bispos e arcebispos⁴⁷ que tiveram um papel preponderante na sua construção⁴⁸. Nesta medida, ressaltamos a grande importância, no período suévico e visigótico, das figuras mencionadas anteriormente, isto é, São Martinho de Dume e São Frutuoso. Da época posterior à restauração, evidenciam-se D. Paio Mendes e D. João Peculiar, ambos conselheiros e diplomatas do rei de Portugal. Destaque ainda para D. Gonçalo Pereira, que combateu na Batalha do Salado e D. Lourenço Vicente, que lutou na Batalha de Aljubarrota. Ressaltamos também a figura de D. Fernando da Guerra, a quem, segundo José Marques, assenta de forma perfeita *o epíteto de «reformador» à saída do cisma do ocidente* ⁴⁹. No que concerne à legislação e governo diocesano salientamos D. Luís Pires que, de acordo com o autor referido, (...) *deu um salto qualitativo com as constituições de 1477* ⁵⁰(...). Devemos, por fim, referir um conjunto de importantes dioceses que, ao longo da história da arquidiocese de Braga, estiveram a ela ligados por laços de sufraganeidade, como foi o caso das dioceses do Porto, Coimbra, Viseu, Lamego, Tui ou Lugo⁵¹.

3.1.2. Cabido e Mitra da Sé de Braga

Conforme atrás referido, uma das primeiras medidas do bispo D. Pedro após a restauração da diocese de Braga em 1071, foi a criação do cabido da Sé com o objetivo de o mesmo se tornar no seu melhor auxiliar na ação administrativa e pastoral que viria a ser desenvolvida. Ao mesmo tempo, com a criação desta instituição, eram cumpridas as disposições dos concílios de Coiança e de Compostela que *prescreviam a obrigação de os bispos viverem em*

⁴⁵ Nogueira, «O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)», 160.

⁴⁶ Nogueira, «O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)», 160.

⁴⁷ Sobre os bispos e arcebispos de Braga veja-se Rodrigo da Cunha (D.), *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Edição Fac-similada (Braga, Cabido Metropolitano, 1989).

⁴⁸ Ver anexo 5.

⁴⁹ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 249.

⁵⁰ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 249

⁵¹ Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, 31.

comum com os clérigos da Catedral, aí recolhendo os frutos da longa experiência que a Igreja tinha nesta matéria ⁵².

À data de 1 de maio de 1072, o cabido bracarense contava já com nove cónegos e quatro alunos da escola-capitular. As principais finalidades do cabido recaíam sobre o esplendor do serviço litúrgico da catedral, isto é, era da responsabilidade do mesmo o canto do ofício divino, missa e procissões. Para além desta função, o cabido tinha também como responsabilidade auxiliar o prelado no governo da diocese, o que resultou na criação de um conjunto de novos cargos e funções que se foram desenvolvendo e especificando. Alguns desses cargos eram os seguintes:

- O deão que tinha como principal função presidir o cabido, sobretudo nos atos mais significativos da vida interna, tinha também a obrigação de representar a instituição, bem como a de tratar de todos os negócios externos e administrar as igrejas do deado. Competia-lhe também (...) *substituir o prelado ausente, em certas celebrações litúrgicas (...)*.⁵³;

- O chantre que assumia a responsabilidade pelo serviço do coro, dirigia e ordenava o ofício divino, mas também as procissões. O mesmo era responsável pela admissão de pessoas idóneas. Superintendia *o chantrado e devia celebrar as Missas da Epifania e Purificação da Nossa Senhora, a cujo ofício presidia* ⁵⁴;

- O tesoureiro que tinha como função guardar o tesouro, ou seja, os objetos e ornamentos litúrgicos;

- O mestre-escola que assumia a responsabilidade pela escola-catedralícia;

- Os arcediagos *que se encontravam adstritos à administração das terras que lhe estavam confiadas - os arcediagos - e, por isso, colaboravam de perto com o prelado no governo da diocese* ⁵⁵.

Para além da obrigação de auxiliar na ação governativa da diocese, era também responsabilidade do cabido assumir o comando no caso de Sé vacante. No ano de 1165, D. João Peculiar deu constituições ao cabido da Sé estipulando que os cónegos deviam:

“ (...) ser em número de 40, filhos legítimos, de bons costumes e humildes, não podendo existir simultaneamente mais do que três parentes em primeiro ou segundo grau, e ficando obrigados a

⁵² Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 228.

⁵³ José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988), 328.

⁵⁴ Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, 330.

⁵⁵ Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, 338.

cumprir tais estatutos mediante juramento sobre os Santos Evangelhos. Todos tinham ainda obrigação de se comportarem sempre dentro das normas morais exigidas, tanto nas palavras como nas acções, no vestir e até no andar, sendo fiéis à sua Igreja e ao seu Arcebispo, servindo nos diversos actos de culto e imitando os melhores exemplos”⁵⁶.

Aqueles que não cumprissem as regras exigidas podiam, eventualmente, incorrer na pena de expulsão.

No que concerne ao regime de vida comunitária mencionado anteriormente, sabe-se que o mesmo foi desmantelado como resposta à exigência estabelecida no II Concílio de Latrão de 1139, onde ficou determinado (...) *que os cabidos e outras corporações se reformassem, obrigando os seus membros a fazer votos solenes, segundo o modelo da Congregação de São Rufo de Avinhão*⁵⁷. Recusando tal obrigação, D. João Peculiar e o cabido foram pondo fim à vida comunitária, de modo faseado. O ano de 1173 marca o termo deste regime comunitário. Note-se que já antes, o mesmo arcebispo tinha concordado e autorizado a divisão dos bens e rendimentos da diocese pelas mesas capitular e episcopal, em 1145. Esta divisão foi *confiada a uma comissão arbitral, de acordo com o princípio de que o prelado receberia dois terços e o cabido apenas um terço*⁵⁸.

O fim da vida comunitária não implicou o fim da autoridade do arcebispo sob o cabido, como parece transparecer nas constituições dadas por D. João Peculiar, e às quais aqui aludimos anteriormente. O prelado continuou a exercer poder sobre o cabido, mas com a obrigação de o consultar e conseguir o seu consentimento em questões relativas à administração da diocese. Apesar de estar sob a autoridade do arcebispo, o cabido encontrava-se muito atento no que dizia respeito à defesa dos seus direitos. Os capitulares estavam sempre prontos a informar o rei ou então apelar à Santa Sé quando sentiam que o arcebispo estava a exercer de forma abusiva os seus poderes. A ocorrência de alguns desentendimentos entre o cabido e o arcebispo, em especial nos momentos de preenchimento de vagas capitulares, fornecem-nos indícios dessa consciência coletiva dos direitos capitulares⁵⁹.

Ligada de forma profunda à vida do cabido está a escola capitular. A sua criação constituiu umas das primeiras preocupações do arcebispo D. Pedro. O certo é que se o cabido

⁵⁶ Maria Antonieta Costa, *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)* (Braga: Universidade do Minho, 2000), 29.

⁵⁷ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 228.

⁵⁸ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 228.

⁵⁹ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 228

tinha a obrigação de auxiliar o prelado na ação governativa, era fundamental preparar um grupo de elite, capaz de assegurar, com perfeição, o serviço futuro. Esta era a principal função da escola capitular, ou seja, o objetivo, com a sua fundação, passava pela (...) *preparação de futuros clérigos mas também de quadros superiores para o governo da diocese* ⁶⁰. Desta escola saíram alguns dos elementos mais importantes do *scriptorium* da chancelaria bracarense. Como exemplo, evidenciamos Honorico Viliamondes - um dos quatro primeiros alunos da escola capitular no ano de 1072. Este exerceu funções ao serviço do *scriptorium* da chancelaria episcopal de Braga durante cerca de quarenta anos ⁶¹.

Depois de descrevermos a instituição do cabido, torna-se imperativo que abordemos a Mitra da Sé de Braga. Esta instituição, cuja cabeça era o arcebispo primaz, tinha, à semelhança do que acontecia com o cabido, anexados um conjunto de bens patrimoniais destinados ao sustento e provisão do arcebispo e da sua casa. A provisão financeira das mesas arcebispal e capitular faz-nos refletir em torno da questão ligada à dotação e constituição do património da diocese. Neste sentido, atribuímos destaque à questão ligada ao conjunto patrimonial da diocese. Este foi-se formando desde as suas origens até à atualidade, englobando coutos e bens patrimoniais. De acordo com Maria Antonieta Moreira da Costa, no seu conjunto, *estes bens geravam direitos senhoriais e rendas, acrescidos dos direitos religiosos cobrados sobre os mosteiros e as igrejas da diocese, e ainda sobre os fiéis* ⁶². Acrescentando a estes lucros, a Igreja bracarense foi também sendo alvo, (...) *ao longo dos séculos, de variadas doações, não só dos seus beneméritos, mas ainda da família real* ⁶³. É de ressaltar a existência de vastíssimos documentos ainda hoje conservados, em particular no ADB, provenientes dos atos de gestão desses bens do Cabido e da Mitra da Sé de Braga.

Nesta perspetiva, e tendo como referência cronológica de trabalho, o século XV, abordaremos sumariamente as principais fontes de receita do Cabido e da Mitra bracarense. De entre muitas, salientamos as dádivas ou foros das igrejas que eram pagas uma vez por ano ao senhorio leigo ou eclesiástico aquando da sua visita à terra. Esta receita acabou por se transformar num contributo fixo e anual. Destaque-se também as dízimas das searas das igrejas que, ao longo do tempo, passaram de voluntárias a obrigatórias. As dízimas recaíam *sobre as searas das igrejas, isto é, dos vários moradores de cada freguesia (...)*⁶⁴, que estivessem adstritas

⁶⁰ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 231.

⁶¹ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 231.

⁶² Costa, *O Cabido de Braga...*, 24.

⁶³ Costa, *O Cabido de Braga...*, 24.

⁶⁴ Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, 406.

às mesas capitular e episcopal. Na sua generalidade, eram pagas em géneros como milho, centeio e vinho. Igualmente relevantes eram os votos de Santiago. Estes constituíam uma importante fonte de receita para a Mitra e o Cabido de Braga. Apresentavam-se como um imposto anual de uma medida de pão e outra de vinho, paga pelos cristãos peninsulares à Igreja. A tudo isto acrescenta-se ainda as rendas que advinham do património mobiliário de carácter rural e urbano, cujo valor deveria ser bastante significativo. O pagamento das rendas às mesas arcebispal e capitular era feito tanto em géneros como, milho, centeio, vinho, etc, ou em dinheiro ⁶⁵.

3.1.3. O Governo da Arquidiocese

Tendo como baliza cronológica o século XV podemos referir que, o governo central da arquidiocese bracarense, (...) *em cujo vértice se encontrava o arcebispo - com os seus escrivães e escrivão da puridade* ⁶⁶(...) - apoiado nos cônegos do cabido, organizava-se a partir de um conjunto de órgãos, tais como:

- *Cúria*: constituída pelo bispo-auxiliar e vigário-geral, vigários-gerais de Braga (+Chaves) e Trás-os-Montes (Bragança), chanceler e notários, escrivães ⁶⁷ (escrivães da corte episcopal, os notários do paço do arcebispo e da capela do arcebispo). Pertenciam também à Cúria os tesoureiros do arcebispo e da sua capela;

- *Câmara*: onde pertenciam o tesoureiro do arcebispo e da capela do arcebispo, o vedor das obras do arcebispo, o vedor do arcebispo, os recebedores em Panóias, Vila Real, na comarca do Entre Douro e Minho, e por fim, o recadador do arcebispo em Lisboa;

Tribunal: composto pelos ouvidores, pelo promotor da Justiça, pelo procurador da Relação, pelos procuradores do número, inquiridores, escrivães da relação, escrivães jurados das audiências e, por fim, pelo meirinho do arcebispo. Salienta-se que *no âmbito do governo da diocese estão também os visitadores do arcebispo*.⁶⁸

Para além da composição apresentada destaque-se ainda o cabido que se encontrava, de forma bastante expressiva, ligado ao governo e administração da arquidiocese. O facto é que D. Pedro, com a criação desta instituição, como já foi referido no capítulo anterior, teve como objetivo que a mesma se constituísse como auxiliar do prelado na sua ação administrativa e

⁶⁵ Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, 406

⁶⁶ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 241.

⁶⁷ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 241.

⁶⁸ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 241.

governativa. Note-se que o quadro administrativo apresentado atrás irá, logo a partir do século XVI, sofrer um conjunto de mudanças com o surgimento de novas comarcas como a de Chaves e de Valença, por exemplo ⁶⁹.

⁶⁹ Marques, «BRAGA, Arquidiocese de.», 241.

4. A *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga

4.1. História

Constituído por 3379 documentos, o fundo documental denominado *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga (ADB) inserido no Cartório da Mitra, data dos inícios do século XX. A sua criação foi levada a cabo pelo antigo diretor do Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga, Alberto Feio. No ano de 1920-21, no Boletim da referida Biblioteca e Arquivo (constituído por dois volumes), o mesmo autor refere que, na torre da Capela da Nossa Senhora da Glória na Sé de Braga, descobre, *num armário a desfazer-se, cheio de lixo e de teias de aranha, (...) uma enorme quantidade de pergaminhos, encobertos por espessa camada de pó negro e caruncho da madeira, no fundo do velho móvel*⁷⁰. De imediato, Alberto Feio procedeu à remoção do conjunto documental ali encontrado, para a Biblioteca. Foram descobertos novecentos manuscritos sendo que, devido à inexistência de conservação, perderam-se cerca de duzentos. Os documentos que foram salvos juntaram-se a um conjunto de outros da mesma índole pertencentes ao Cartório da Mitra (este foi incorporado no Arquivo e na Biblioteca no ano de 1911), mas também a todos os documentos que estavam ligados à Capela da Nossa Senhora da Glória.

A designação *Colecção Cronológica* surgiu devido à sua forma de organização, ou seja, Alberto Feio atribuiu a este conjunto documental uma ordenação cronológica na medida em que na sua perspetiva, esta foi a forma de arrumação mais conveniente. De acordo com dados fornecidos oralmente pelo ADB, na época da origem da *Colecção Cronológica* foi elaborado um instrumento de descrição, tipo inventário, criado por Alberto Feio que esteve disponível em papel, publicado no Boletim da Biblioteca e Arquivo que mencionámos anteriormente. Essa primeira inventariação em papel era composta pelas seguintes informações: data do documento, um pequeno resumo do seu conteúdo, se era original ou uma pública forma, o seu idioma e ainda a informação sobre quem o redigiu. Mais tarde, no início da década de 1990, o instrumento de descrição da *Colecção Cronológica* foi informatizado a partir da criação de uma Base de Dados descritiva em dBASE e, assim, disponibilizado para consulta na sala de leitura. Anos depois, a referida Base de Dados foi transferida para um novo programa, isto é, para o Microsoft Access. Na altura desta transferência foram feitas algumas modificações, nomeadamente atualizações e acrescentos. Hoje, a Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* encontra-se ainda num

⁷⁰ Alberto Feio Soares de Azevedo, «Pergaminhos da Colecção Cronológica» Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga- Vol II (Braga: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, 1920), 109.

ficheiro Access e está disponível para pesquisa na respetiva sala de leitura. Conforme se explicou no início deste relatório, o objetivo principal deste estágio foi, precisamente, analisar, rever e corrigir quando necessário, essa Base de Dados, na sua parte medieval, com vista a contribuir para a elaboração duma nova versão desse instrumento descritivo a disponibilizar no futuro próximo pelo ADB aos utilizadores do arquivo.

4.2. Descrição

Construída na década de vinte do século passado, a *Colecção Cronológica* é atualmente constituída por mais de três mil documentos (em papel e pergaminho)⁷¹. Dispõe de um instrumento de descrição que, desde a sua criação, foi submetido a poucas alterações. Atualmente, como já foi referido, o instrumento descritivo encontra-se numa Base de Dados Access podendo apenas ser consultado no ADB, sendo que, no futuro, o mesmo poderá, tal como acontece com outros instrumentos descritivos do Arquivo, ser disponibilizado para consulta *online*.

Iniciámos a caracterização da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* com a apresentação dos diferentes campos que a compõem para, assim, percebermos o tipo de informação que é disponibilizada ao utilizador quando este inicia uma pesquisa. A Base de Dados de que hoje dispomos foi construída por ex funcionários do ADB, bem como pela sua antiga Diretora, a Dra. Jácome Vasconcelos, aparentemente tendo como base a versão inicial da autoria de Alberto Feio. É composta por dez campos/colunas onde se podem encontrar um conjunto de dados elementares que visam permitir ao leitor conhecer os diferentes documentos que formam este vasto fundo documental.

De facto, os campos da Base de Dados descritiva fornecem ao leitor várias informações relativas a cada documento. Em primeiro lugar, os dados relativos à pasta e cota do documento. Estes constituem-se como os campos iniciais da Base de Dados da *Colecção Cronológica*. De seguida, os campos que correspondem à data, tipologia e tema do documento. Destaque-se também os campos intitulados “sumário” e “sumário 2”, pois, a partir de ambos temos acesso a um pequeno resumo do conteúdo do documento. Para além destes existem ainda os campos referentes ao autor e destinatário, um outro indicando a cota antiga e, por fim, o campo com a descrição do documento, sendo composto por um conjunto de informações adicionais relativas á

⁷¹ Ver os exemplos de pergaminhos da *Colecção Cronológica* nos anexos 6 e 7.

tipologia de suporte e suas características (pergaminho ou papel, as suas medidas, o seu tipo de letra, idioma e ainda o respetivo número de fólhos e estado de conservação). É importante salientar que nem sempre estas informações estão presentes na Base de Dados descritiva. Muitas vezes, neste último campo descritivo (“Descrição”), não encontramos a informação relativa ao estado do documento, ou é omissa no que diz respeito ao seu idioma e/ou tipo de letra. Mas, esta ausência de informação também se encontra por vezes noutros campos, como nos referentes ao autor e ao destinatário.

Depois de descrevermos os campos que formam a Base de Dados da *Colecção Cronológica*, torna-se fundamental continuar a sua descrição a partir do aprofundamento de alguns aspetos relevantes acerca da documentação que a compõe. Conforme se explicou no início do relatório, o presente estágio incidiu apenas sobre a parte medieval deste fundo documental. Tendo como referência o limite que tradicionalmente baliza o período medieval, isto é, entre o século V e inícios do século XVI, a parte da Base de Dados que foi alvo de intervenção corresponde aos seguintes limites cronológicos: de 911 (data do primeiro documento da CC) a 1500. Desta forma, a descrição que a partir de agora será realizada diz respeito à parte medieval da *Colecção Cronológica* que, corresponde a um total número de 1535 documentos. Para a concretização de uma descrição que nos permita conhecer de forma mais completa a documentação que constitui a parte medieval da *Colecção Cronológica*, serão apresentados um conjunto de gráficos que pretendem auxiliar da melhor forma esta tarefa descritiva.

Podemos afirmar que, no que concerne à cronologia, a parte intervencionada da CC apresenta documentação datada entre os séculos X a XV, de acordo com a seguinte distribuição (Gráfico 1):

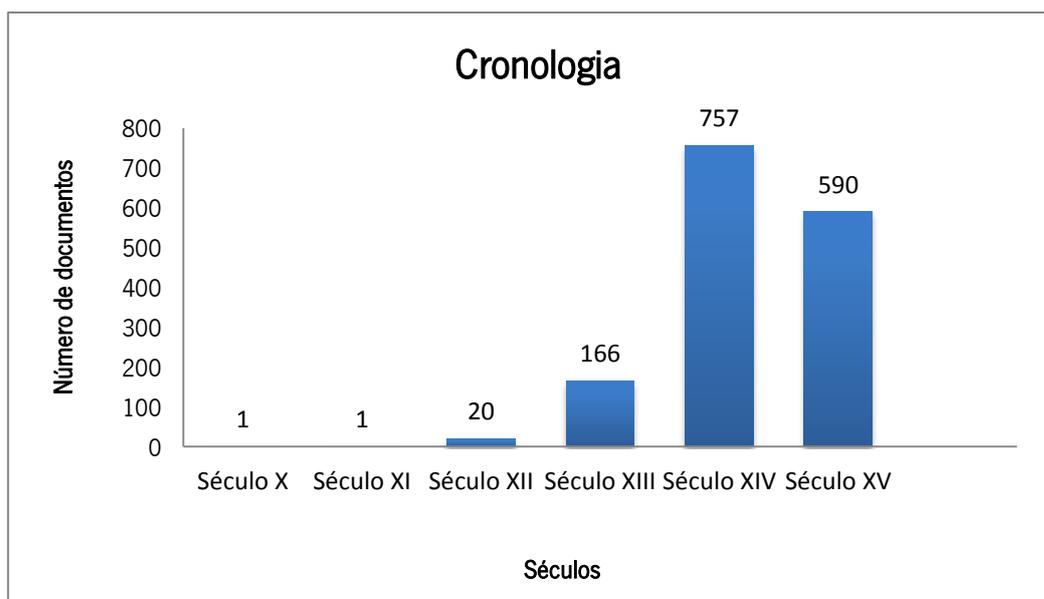


Gráfico 1 - Distribuição do número de documentos medievais da *Colecção Cronológica* agrupados por séculos

Através da visualização do Gráfico 1, constatamos que a maior parte da documentação medieval da *Colecção Cronológica* pertence ao século XIV. São 757 documentos que datam do século que se apresenta como protagonista na parte medieval deste fundo documental. O século XV, com 590 documentos, surge como sendo o segundo com maior número de documentação. Em terceiro lugar, fica o século XIII com 166 documentos. Estes constituem-se como os séculos com maior registo documental na fração medieval sendo que, de todos, ressaltamos os séculos XIV e XV. Os restantes exibem um número reduzido de documentação mas, ainda assim, podemos afirmar que é significativa a presença de documentação produzida na Idade Média na *Colecção Cronológica* do ADB.

Depois de conhecermos a distribuição da documentação relativamente à sua cronologia, centremos a nossa atenção na questão da autoria dos documentos. Note-se que, por autoria, entendemos as entidades emissoras do documento. No que diz respeito a este ponto podemos afirmar que os autores da documentação se diversificam. Destacamos a existência de documentação cuja autoria é da arquidiocese de Braga na pessoa do arcebispo, ou entidades como o cabido, entre outras. Ao mesmo tempo, encontramos documentação cujos respetivos autores pertencem a outras dioceses tendo em conta que, na sua grande maioria, estas dioceses se encontravam, na altura, como sufragâneas da arquidiocese bracarense. Para além dos autores já apresentados, ressaltamos os documentos de autoria da cúria pontifícia e do

Papa. Evidenciámos a considerável quantidade de documentos de origem privada. Destacamos ainda os documentos de autoria régia, entre outros.

Para um melhor entendimento da questão ligada à autoria do conjunto documental medieval apresentamos um gráfico que explicita a distribuição da documentação pelos autores que constituem esta parte da *Colecção Cronológica*.

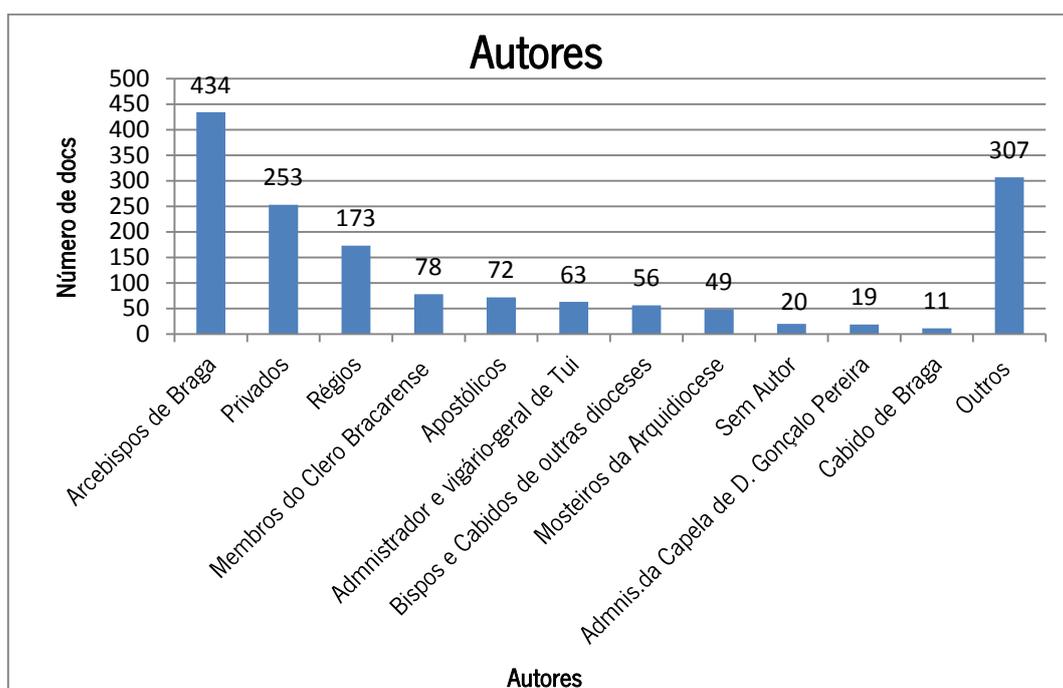


Gráfico 2 - Representação do conjunto de autores presentes na fração medieval da *Colecção Cronológica*

A partir da análise do Gráfico 2, constatamos que a maioria dos documentos são da autoria dos arcebispos da arquidiocese de Braga. Em mais de 1500 documentos medievais, 434 saíram da chancelaria da entidade máxima da arquidiocese. Devemos atribuir destaque à quantidade de documentação cujos autores são privados (253 documentos). Relativamente a esta questão devemos frisar que, quando falamos em autores privados, referimo-nos à documentação cuja autoria é de cidadãos bracarenses. Grande parte dessa documentação designada de privada encontra-se ligada à venda, partilha ou doação de propriedades por parte de habitantes da cidade de Braga. Falamos de bens que, em geral, foram posteriormente para a posse de um arcebispo, daí muita documentação privada se encontrar na *Colecção Cronológica*. Digna de referência é também a documentação régia (173 documentos) onde se destacam os documentos dirigidos aos arcebispos bracarenses por parte dos reis de Portugal. Evidenciámos

também os 78 documentos que têm como autores membros do clero bracarense, isto é, cónegos, clérigos, arcediagos, deões, chantres, reitores de igrejas, entre outros.

Dos 72 documentos apostólicos notados, a grande maioria, é de autoria papal. Evidenciámos também os 63 documentos da autoria do administrador e vigário-geral do bispado de Tui. Constatamos 56 documentos da autoria de bispos e cabidos de dioceses como Porto, Lisboa, Coimbra, Viseu, Silves, entre outros, e 49 documentos da autoria de abades e abadessas de mosteiros da arquidiocese de Braga. Destacamos ainda os 19 documentos da autoria do administrador da capela de D. Gonçalo Pereira e 11 documentos cuja autoria pertence ao cabido da Sé de Braga. Para terminar, atribuímos destaque ao conjunto de autores ineridos na coluna intitulada “outros”, num total de 307 documentos. Nesta representação evidenciámos a documentação cuja autoria corresponde a deões, cónegos e vigários-gerais de dioceses portuguesas, Colegiada de Guimarães, corregedor do Entre Douro e Minho, entre outros.

Depois de analisados os autores que compõem a fração medieval da *Colecção Cronológica* atribuímos igual destaque aos seus destinatários. Para a análise deste ponto expomos o seguinte gráfico:

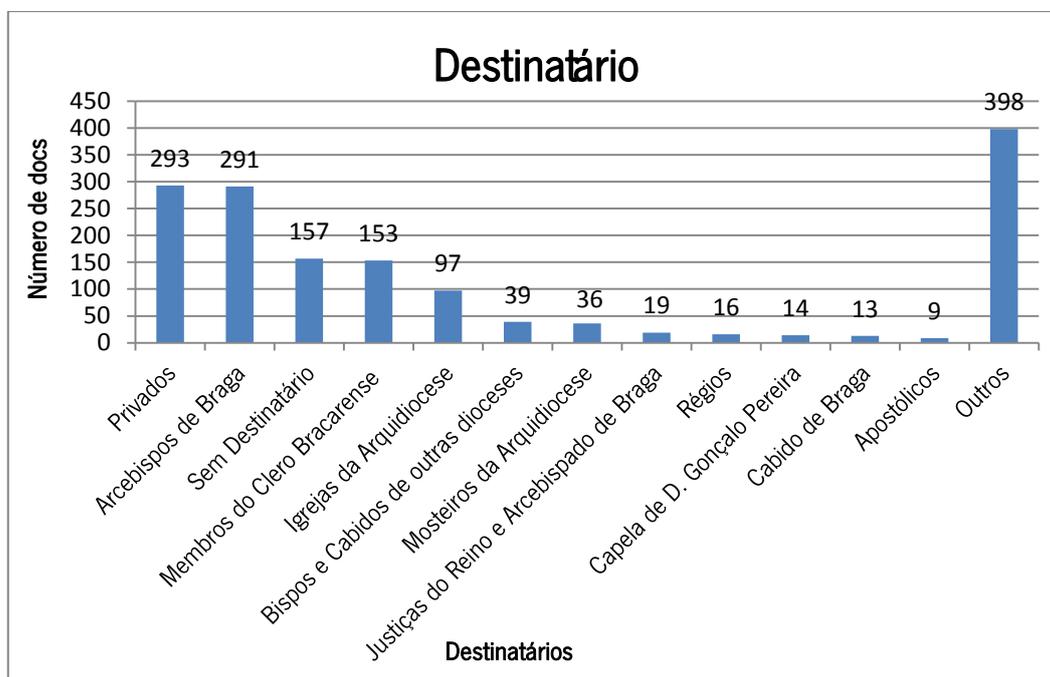


Gráfico 3 - Representação do conjunto de destinatários presentes na parte medieval da *Colecção Cronológica*

Através da visualização do Gráfico 3, observamos que os destinatários dos documentos correspondem, na sua maioria, aos mesmos agentes que constituem o gráfico relativo aos autores. Contudo, verificamos que uma significativa parte da documentação não fornece qualquer informação sobre do seu destinatário (157 documentos). Evidenciámos os destinatários privados (293 documentos), cuja maior parte da documentação se encontra ligada à gestão de propriedades (venda, compra, partilhas, emprazamentos etc). Destacamos também o número considerável de documentação cujo destinatário é o arcebispo de Braga (291 documentos). Importa ressaltar os 153 documentos de autoria dos membros do clero bracarense (deões, chantres, cônegos, clérigos, arcediagos, reitores de igrejas, entre outros). Destacamos também os 97 documentos dirigidos a inúmeras igrejas da arquidiocese de Braga, bem como a documentação destinada a bispos e cabidos de outras dioceses como Coimbra, Porto, Évora, Tui, entre outros (39 documentos). De referir ainda os 36 documentos cujos destinatários são os mosteiros da arquidiocese, na sua grande maioria, na pessoa do abade ou abadessa. Com números mais inferiores de documentação encontram-se os destinatários régios, as justiças do reino e arcebispado de Braga, a capela de D. Gonçalo Pereira, os apostólicos e ainda o cabido de Braga. Por fim, salientamos o conjunto de destinatários representados na coluna designada de “outros” (398 documentos). Neste conjunto encontram-se integrados os restantes destinatários da fração medieval da *Colecção Cronológica* destacando-se os seguintes: clero de dioceses portuguesas, Colegiada de Guimarães e Viana do Castelo, paroquianos de igrejas da arquidiocese, fidalgos do reino, entre outros.

Com a observação e estudo dos gráficos já apresentados, constatamos que seja no caso da autoria, ou no caso do destinatário os arcebispos de Braga evidenciam-se pelo número de documentação que apresentam. Neste sentido, concluímos ser importante aprofundar um pouco mais este aspeto na medida em que se torna significativo para a concretização de um estudo e entendimento mais profundos da documentação pertencente ao período medieval da *Colecção Cronológica*. Para a realização dessa análise mais aprofundada apresentamos dois gráficos que nos elucidam acerca da distribuição de documentação da parte medieval da CC pelos diferentes arcebispos da arquidiocese bracarense (enquanto autores e destinatários).

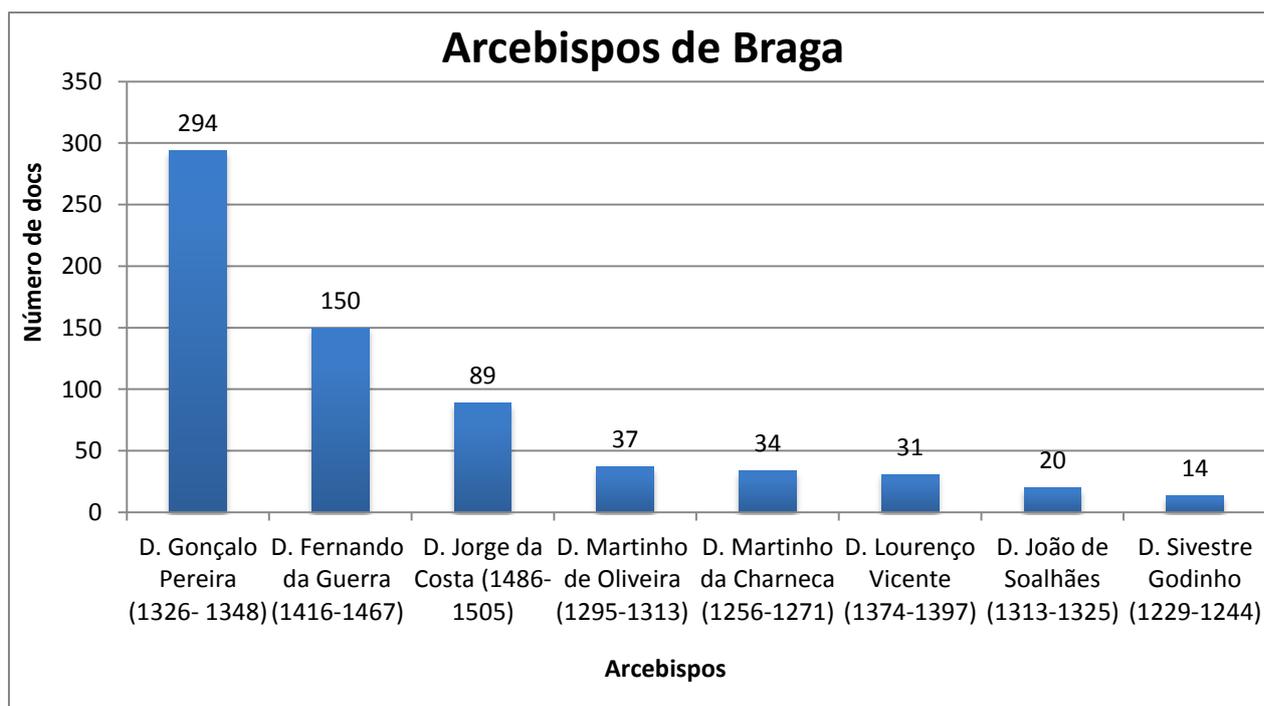


Gráfico 4 - Distribuição do número de documentação pelos arcebispos da arquidiocese de Braga (autores e destinatários) com maior expressão quantitativa

Observando o Gráfico 4 concluímos que, no que concerne à documentação pertencente aos arcebispos de Braga, a grande maioria cabe a D. Gonçalo Pereira. Tal constatação afigura-se perfeitamente justificável e até “expectável”, tendo em conta que a documentação que veio a constituir a *Colecção Cronológica* foi encontrada por Alberto Feio ao lado da capela de D. Gonçalo Pereira, como vimos no capítulo 4.1 e, como tal, em larga medida relaciona-se com o seu governo, ou com a administração da sua capela. São 294 documentos que apresentam este arcebispo como autor ou destinatário. Constatamos assim que, no período de vigência de D. Gonçalo Pereira na arquidiocese de Braga (1326-1348), a produção de documentação que chegou até nós foi significativa, em comparação com outros arcebispos ⁷². O que não nos permite tirar conclusões sobre a produção documental absoluta e relativa entre os diversos arcebispos, uma vez que muita documentação referente a outros preladados desapareceu. Em seguida, com 150 documentos, encontramos D. Fernando da Guerra que ocupou o cargo de arcebispo durante um considerável período de tempo (1416- 1467). Com 89 documentos apresentamos D. Jorge da Costa que assumiu o cargo de arcebispo de Braga entre 1486- 1505.

⁷² Sobre o arcebispo D. Gonçalo Pereira veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, «O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir», em IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga- Congresso Internacional- Actas (Braga: Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, Vol.II/1), 390-462.

Depois de D. Jorge da Costa evidencia-se um conjunto de outros arcebispos cujo número apresentado varia entre os 37 e os 14 documentos. Note-se que os três arcebispos referidos se destacam pela expressiva presença na fração medieval da *Colecção Cronológica* demarcando-se dos restantes cujo número de documentação é inferior a 40. Deve ainda registrar-se que os arcebispos exibidos no Gráfico 4 não são os únicos presentes neste fundo documental. Existem 10 arcebispos que, devido à diminuída quantidade de documentação que lhes é atribuída, (entre 9 a 1 documento) não foram representados no respetivo gráfico. Neste apenas estão presentes os arcebispos que se evidenciam pelo significativo número de documentação produzida durante a sua vigência.

No que concerne à distribuição da documentação pelos arcebispos da arquidiocese, apresentamos um segundo gráfico onde se encontram representados todos os arcebispos presentes na parte medieval da *Colecção Cronológica* (enquanto autores e destinatários), mas seguindo a respetiva ordem cronológica.

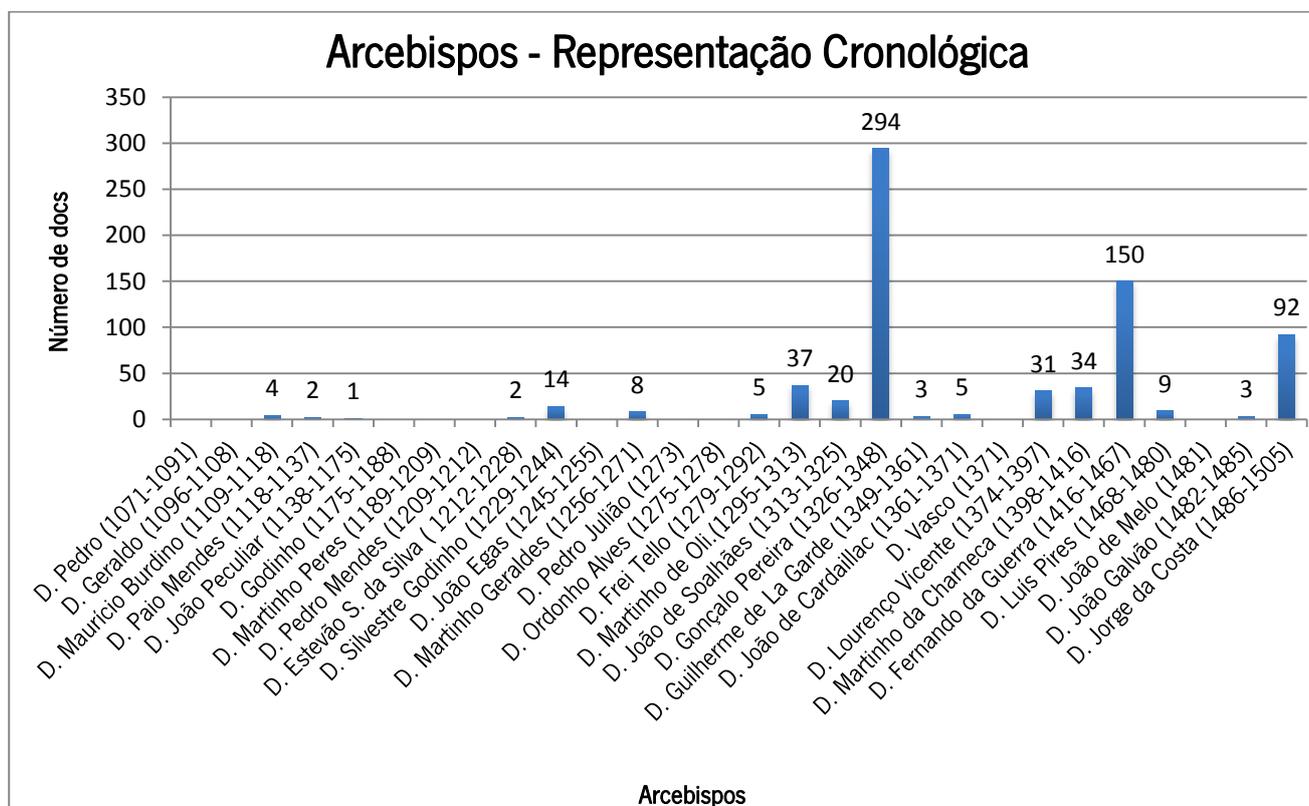


Gráfico 5 - Distribuição do número de documentação pelos arcebispos da arquidiocese de Braga, como autores e destinatários, seguindo o critério cronológico.

Através da observação do Gráfico 5, constatamos que existe um número significativo de arcebispos que apresenta um baixo número de documentação no que concerne à parte medieval da *Colecção Cronológica*. Existem 10 arcebispos que não chegam a atingir 10 documentos. Mais uma vez, destacamos o considerável número de documentação correspondente ao período de governação do arcebispo D. Gonçalo Pereira mencionando novamente que, este cenário, pode ser explicado, em parte, pelo facto de uma fração considerável dos documentos presentes neste fundo, como foi explicitado no capítulo 4.1, ter sido encontrada na torre da capela que foi dedicada a D. Gonçalo Pereira sendo que, muita da documentação produzida na altura do seu governo foi aí guardada.

4.1.3. Tipologias Documentais

Para descrevermos de forma completa a Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* temos de atribuir destaque às suas tipologias documentais⁷³. Na fração medieval deste fundo documental encontramos desde instrumentos de venda e compra até sentenças e bulas papais. Existem documentos ligados à administração da arquidiocese havendo, no entanto, um número significativo de documentos jurídicos e judiciais. Centrando a atenção na parte medieval da *Colecção Cronológica*, demonstrámos que as tipologias com maior número de documentos são os instrumentos de empraçamento com 189 documentos, as confirmações com 161 documentos, os instrumentos de venda com 151, as procurações que apresentam um número 95 documentos e, por fim, as sentenças com 93. Estas tipologias destacam-se na fração medieval pela quantidade de documentação que apresentam. Evidenciámos também a existência de tipologias com um número reduzido de documentação como é o caso das excomunhões (cinco documentos), estatutos (um documento), convocatórias (quatro documentos), arbitragens (um documento), censuras (dois documentos), entre outras.

Constatamos que a fração medieval da *Colecção Cronológica* é variada apresentando tipologias de diferentes âmbitos. Neste sentido, salientam-se as que se encontram ligadas à gestão de propriedades. Referimo-nos, em particular, aos instrumentos de venda e aos empraçamentos mencionados anteriormente devido à sua significativa presença numérica, mas também às partilhas, doações de propriedades, hipotecas, fianças e arrendamentos. No que

⁷³ A descrição que efetuamos encontra-se de acordo com a revisão e correção realizadas durante o estágio no que respeita às tipologias que compõem a *Colecção Cronológica*.

concerne à documentação jurídica e judicial, devemos ressaltar as procurações já referidas anteriormente mas também as absolvições, demandas, litígios, entre outros.

Salientamos também a presença de documentação de caráter financeiro, ou seja, instrumentos de pagamentos, quitações, recibos, empréstimos e confissões de dívida. Para além disso, destaque-se ainda as cartas que se dividem em diferentes tipologias como é o caso das, citatórias, inibitórias, precatórias e régias. Torna-se fulcral destacar que as tipologias documentais mencionadas não são as únicas presentes na fração medieval dado que existe um conjunto significativo de outro tipo de documentos, como são exemplo as bulas papais, composições, concórdias, testamentos, entre outros, como veremos mais à frente.

5. O Estágio no Arquivo Distrital de Braga

5.1. Objetivos

O estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga teve como objeto de intervenção a fração medieval da Base de Dados de inventariação e descrição da *Colecção Cronológica*. Como referimos anteriormente, este instrumento descritivo foi sujeito a poucas alterações desde a sua criação evidenciando-se, sobretudo, a transferência do mesmo para uma Base de Dados Access. Com esta intervenção procuramos alterar a organização do referido instrumento de descrição para que, no futuro, a pesquisa se torne mais prática, estruturada e simples. O facto é que falamos de um instrumento descritivo um tanto ou quanto confuso, ou seja, com uma organização que dificulta a realização de uma pesquisa rápida e elementar. O principal problema encontra-se na ordenação cronológica dada à Coleção. Esta disposição nunca foi alterada desde a sua conceção e o facto é que a mesma impede a concretização de uma pesquisa mais organizada e, acima de tudo, mais eficaz. Por outro lado, grande parte da informação contida nos campos revelou-se incompleta e por vezes com gralhas e erros, conforme definimos na introdução e no capítulo 4.2.

Com a intervenção realizada, no âmbito do estágio, o principal objetivo passou pela desconstrução da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica*, bem como pela sua revisão tendo em conta alguns aspetos significativos. A procura de uma compreensão mais fácil e estruturada da documentação contida na *Colecção Cronológica*, que oferecesse aos utilizadores e aos funcionários do arquivo uma Base de Dados mais coerente e rigorosa foi um dos propósitos da intervenção realizada durante o estágio no ADB. O trabalho desenvolvido

consistiu na revisão da informação contida na Base de Dados pré-existente, mantendo a maior parte dos campos aí definidos. No entanto, foi no âmbito da tipologia documental que necessitámos de proceder a uma revisão maior e mais estrutural, uma vez que nos deparámos em muitos casos com categorias tipológicas desadequadas e com classificações documentais incorretas. Como, simultaneamente, a questão da definição das tipologias documentais se assumiu como uma das possíveis chaves orientadoras da nova Base de Dados e das possibilidades de pesquisa a efetuar pelos utilizadores, ultrapassando a simples ordem cronológica que organiza este fundo documental, esta questão das tipologias assumiu-se como uma das mais importantes e complexas e por isso mesmo, mais complicadas de resolver. De facto, em virtude dos problemas detetados na classificação já existente na Base de Dados, com frequência tivemos de criar novas tipologias documentais e eliminar outras, sempre com o objetivo de facilitar o acesso e a pesquisa dos documentos pelos utilizadores e pelos funcionários do ADB.

A questão da classificação tipológica dos documentos foi provavelmente uma das maiores alterações que introduzimos na Base de Dados pré-existente e, como referimos, uma das tarefas mais complexas realizadas durante o estágio. Como é sabido são vários e diferentes os princípios, metodologias e modelos aplicados na definição de categorias tipológicas documentais. Não só variam e obedecem a princípios e objetivos muito distintos entre a arquivística, a diplomática e a investigação histórica, como dentro de cada uma destas áreas científico-técnicas também não existe um único modelo tipológico, antes pelo contrário⁷⁴. A dificuldade acrescida sentida na revisão, elaboração e classificação dos documentos por tipologias decorreu dessa necessidade de procurar articular os interesses e preocupações dessas diferentes áreas do conhecimento, acrescido do facto de se tratar duma revisão e atualização duma tipologia e Base de Dados pré-existente e não de criar uma nova de raiz.⁷⁵

⁷⁴ Sobre a questão da aplicação de classificações tipológicas documentais veja-se a tipologia apresentada por Maria Cristina Almeida e Cunha, *A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga (1071-1244)* (Editorial Toxosoutos, 2005), 132-135 e Maria João Oliveira e Silva, *Scriptores Et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)* (Fio da Palavra, 2008), 77-80.

⁷⁵ Sobre a questão da nomenclatura documental e diplomática veja-se Maria Cristina Almeida e Cunha, *A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Maria João Oliveira e Silva, «A Escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média: (Estudo Diplomático e Paleográfico)» (tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010) e *Scriptores Et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, M^a Milagros Cárceles Ortí, (ed), *Vocabulaire International de la Diplomatie* (Universitat de Valencia, 1994), Maria Helena da Cruz Coelho *et al.*, *Estudos de Diplomática Portuguesa* (Edições Colibri, 2001), Olivier Guyotjeannin *et al.*, *Diplomatique Médiévale* (Brepols 2006) e Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)* (Fundação Calouste Gulbenkian, 2010).

Deste modo o nosso estágio, que versou sobre a revisão, correções e atualizações na parte medieval da Base de Dados pré-existente relativa à *Colecção Cronológica* do ADB, concretizou-se sob diversas formas e atuações. Surgiu a necessidade de acrescentar ou retirar campos / colunas da Base de Dados descritiva, de forma a complementar o trabalho de reorganização. A revisão das diferentes tipologias documentais que compõem a parte medieval da Base de Dados da CC constituiu-se como um dos objetivos do trabalho realizado. Com esta tarefa pretendemos agrupar algumas tipologias com conteúdos e assuntos comuns e também corrigir alguns problemas de denominação tipológica. Podemos afirmar que, o grande objetivo com a reorganização da parte medieval da Base de Dados Descritiva da *Colecção Cronológica* foi tornar a mesma mais simples, isto é, ultrapassar a ordenação cronológica que presidiu à sua constituição no início do século XX e aplicar uma metodologia que permitisse uma desconstrução estruturada, mas sobretudo organizada e eficiente do ponto de vista da pesquisa. De acordo com os objetivos acordados com o ADB, procurou-se construir toda uma base de organização que permitisse uma utilização mais prática e simples pelo utilizador da Base de Dados, no que toca à parte medieval, mas também contribuir para a eventual deslocação futura de alguma desta documentação para outros *grupos de arquivos* ou fundos documentais do ADB, onde estaria mais bem inserida. Neste prisma, tornou-se fundamental reorganizar a Base de Dados descritiva de forma a alcançarmos uma compreensão mais eficaz e ordenada, ainda que mantendo a maior parte dos campos e da informação existentes na Base de Dados pré-existente, como já se referiu.

5.2. Metodologia

A reorganização da fração medieval da Base de Dados da *Colecção Cronológica* passou por fases distintas. Foi um processo longo baseado na procura do método mais correto para transformar parte deste instrumento descritivo. A metodologia utilizada teve, como base, um plano de reestruturação mais prático e simples de forma a alterar uma organização desordenada e de difícil entendimento, cujo único critério organizacional era a sua ordem cronológica. Além de se supor que devia conter alguns erros, imprecisões ou lacunas que urgia corrigir.

Nesta perspetiva, iniciámos o trabalho de reorganização com um estudo aprofundado da *Colecção Cronológica* e, ao mesmo tempo, da arquidiocese de Braga. Esta primeira abordagem foi crucial na medida em que para avançarmos com a reorganização da Base de Dados descritiva deste fundo documental, seria necessário, em primeiro lugar, perceber quando e

como é que a mesma foi criada mas, simultaneamente, conhecer as razões que levaram à sua organização na forma cronológica. Em segundo lugar, para o entendimento do conjunto de documentação que compõe a referida Coleção, foi fundamental levar a cabo um estudo particularmente baseado na história medieval da arquidiocese bracarense. O objetivo principal passou pelo estudo da organização diocesana no período em questão. Perceber a administração da arquidiocese constituiu-se como uma tarefa fulcral para a compreensão da documentação medieval que constituiu a *Colecção Cronológica*. Esta primeira fase permitiu-nos olhar para a Base de Dados de forma mais aprofundada e confiante para que, assim, pudéssemos avançar para a sua reorganização.

Dada por concluída a fase de estudo, tornou-se categórico proceder ao início de reorganização da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica*. Nesta fase inicial o principal objetivo passou por migrar a Base de Dados em Access já existente para o Excel, por nos parecer ser de manuseamento mais simples. Desta forma, procuramos reorganizar a *Colecção Cronológica* tendo por base as diferentes tipologias documentais que a constituem. Definir as tipologias documentais e, de seguida ordenar os documentos pelo seu tipo, constituiu uma das principais tarefas em todo o processo de reorganização. Ou seja, ordenar os documentos tipologicamente como alternativa à sua ordenação cronológica, previamente existente, pareceu-nos ser uma forma de facilitar a pesquisa na *Colecção Cronológica* através dessa Base de Dados. Mas isso só seria possível mediante a verificação e adaptação da tipologia existente, que incluía várias imprecisões e omissões, como já se referiu.

Note-se que, como já se explicou na Introdução, não foi feita uma confirmação de cada referência documental da Base de Dados com o documento respetivo. Pelo contrário, apenas nos casos que nos ofereceram maiores dúvidas e reservas por se apresentarem manifestamente incompletos, por vezes tão resumidos ou com incorreções que nem se consegue perceber de que tipo de documento se trata. Apenas neste tipo de casos é que se efetuou a consulta direta do documento para corrigir e completar as informações, num total de cerca de 24 documentos. Para além destes, que foram alvo de consulta direta, destacamos a correção de um outro conjunto documental a partir da leitura do resumo do documento disponibilizado no campo "Sumário". Por uma questão de tempo seria impossível realizar a operação de confirmar, através de consulta direta, todos os documentos um a um. De facto os objetivos do estágio passaram por uma primeira avaliação da situação, detetar erros, imprecisões e lacunas e propor uma ou ensaiar uma aplicação ou metodologia preliminar que teria de ter continuidade no futuro

com outros trabalhos de maior amplitude, eventualmente com uma equipa mais alargada e durante mais tempo para se poder proceder à revisão da Base de Dados através da comparação com a totalidade dos documentos. Ou seja, ensaiou-se apenas a possibilidade de testar uma forma de alterar a atual organização cronológica deste fundo documental, detetando os principais problemas e testar algumas possibilidades de solução. Por esse motivo, na maior parte dos casos não foi possível proceder a essa comparação com o documento respetivo e muitas das classificações tipológicas tiveram de ser mantidas como estavam ou sofrido apenas pequenos ajustes. Como já mencionamos, alguns documentos foram revistos a partir da observação direta da fonte. Outros ainda puderam ser corrigidos ou confirmada a sua classificação tipológica através das informações disponibilizadas na Base de Dados e, nalguns casos, essa informação foi suficiente para confirmar ou alterar a tipologia previamente atribuída. Mas destacam-se outros casos onde a informação disponibilizada na Base de Dados não era suficiente para esclarecer de forma rigorosa a dúvida e, por isso, tivemos de manter a tipologia ambígua previamente existente, ou noutros casos eliminar uma tipologia errada - pública-forma, por exemplo - e atribuir-lhe uma outra ainda que ambígua mas menos incorreta. Sobre esta questão evidenciámos, como exemplo, a tipologia “Cartas”. Neste caso tivemos de realizar uma divisão das cartas em subséries ou subtipos, mas algumas tivemos de classificar como Assuntos Diversos, pelos motivos expostos. Num futuro trabalho esses casos terão de ser todos revistos com recurso aos documentos para se poder estabelecer, de modo exaustivo, as tipologias corretas.

A par das tarefas mencionadas optamos ainda por elaborar um ficheiro designado “Guião Descritivo”, com o objetivo de descrever as diferentes séries criadas e, ao mesmo tempo, tornar mais claro as categorias tipológicas que definimos.

5.3. A Reestruturação da Base de Dados Descritiva

5.3.1. A Base de Dados Pré-existente

Como já foi referido, a partir da década de noventa, o instrumento descritivo *da Coleção Cronológica* foi informatizado e disponibilizado para pesquisa numa Base de Dados do programa Microsoft Access. Até aos dias de hoje este encontra-se disponível no mesmo programa informático sendo constituído pelos seguintes campos de informação: cota; extra; pasta; data; documento; tema; sumário e sumário 2; autor; destinatário; local do destinatário; cota antiga;

descrição. A questão é que a forma como a atual Base de Dados da *Colecção Cronológica* está organizada não é a mais indicada nem a mais simples para a realização de uma pesquisa. Este facto explica-se, em primeiro lugar, pela existência de demasiados campos sendo que alguns não contêm informação necessária à pesquisa, como é o caso dos campos “Extra” e “Tema”. Em segundo lugar, a questão de alguns dos campos informativos não serem rigorosos o suficiente no que respeita à informação acerca da documentação. Como exemplo temos os campos “sumário” e “sumário 2” que não transmitem uma explicação muito elucidativa acerca do conteúdo do documento. Também os campos “Cronologia”, “Autor”, “Destinatário” e “Descrição” apresentam, muitas vezes, falta de informação. Importa ainda referir um outro problema ligado aos campos já mencionados “Sumário” e “Sumário 2”. Ambos contêm o resumo do conteúdo do documento, mas a principal problemática assenta no facto de essa informação se encontrar em dois campos, ou seja, o resumo do conteúdo do documento deveria estar completo num único campo. Neste caso isso não acontece, isto é, a referida informação está dividida em dois campos distintos, colocando, assim, entraves para um entendimento simples e rápido do conteúdo do documento.

SUMARIO	SUMARIO2
Inquiricao, demarcacao e confirmacao dos limites do bispado de Dume, fei	
Doacao de Vilar dos Mouros a se de Tui, por D. Garcia, rei da Galiza.	
Testamento de Toda Eitaces, a favor do arcebispo de Braga, D. Geraldo, refr	
Doacao do couto de Braga, feita pela rainha D. Teresa ao arcebispo D. Maur	
Doacao do couto de Braga, feita pelo conde D. Henrique e por D. Teresa	
Doacao do couto de Braga, feita pelo conde D. Henrique e a rainha D. Teres	
Doacao (3 copias) do couto de S. Mamede de Panoias em Ribatua, feita pel.	
Carta de Sagracao feita a igreja de Sao Vitor em Braga, por D. Paio Mendes,	
Doacao do mosteiro de Azere, em Valdevez, com todo o seu couto e perter	
Doacao de varias igrejas sitas na comarca de Valenca, feita pela rainha D. Te	
Doacao que fez D. Afonso Henriques ao arcebispo de Braga D. Paio Mendes tade de Adufe, Panoias e Vila Real. Cor	
Doacao que fez D. Afonso Henriques em que da a D. Paio Mendes, arcebispo	
Doacao que fez Sesnando Ramires e sua mulher, do couto de Domez (hoje	
Doacao do couto de Agostem, Chaves, feita por D. Afonso Henriques a D. Pi	
Foral outorgado por D. Joao Peculiar, arcebispo de Braga, aos moradores dc	
Carta de partilhas entre Aurodona Pinionis e seus filhos	
Carta de venda que fazem Pelagio Martins, Maria Martins e seu marido, Pel	
Pacto e convencao que fez D. Godinho, deao de Braga, com consenso do ca	
Doacao do couto e outras camaras que hoje pertencem ao arcebispado de E	

Figura 1 - Parte da Base de Dados pré-existente relativa às colunas “sumário” e “sumário 2”

Como podemos observar na Figura 1 e, como referimos anteriormente, esta divisão dificulta a realização de uma pesquisa prática e célere na medida em que o resumo em questão não se encontra completo numa só coluna. O certo é que a atual forma da Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* traz um conjunto de entraves no que concerne à pesquisa, tornando-a, sobretudo, muito demorada. Para a melhor compreensão desta problemática ligada

à Base de Dados Access apresentamos a Figura 2 que permite a visualização do respetivo formato. Ressaltamos que, com a realização do estágio no ADB, pretendemos criar uma nova organização que permita melhorar a configuração vigente da Base de Dados e, dessa forma, contribuir para uma pesquisa e compreensão da documentação mais simples e organizada.

CC	EXT	PASTA	DATA	DOC	TEMA	SUMARIO	SUMARIO2	AUTOR	DEST	LOCALDEST	COTA_ANT	DESC
	1		0911-09-28		INQUIRICA	Inquiricao, demarcao e confirmacao dos l		Ordonho, D.	Savarico, bispo de Dume	Dume, bispado	cx:1 doc.1	Doc. em pergaminho, 64,5 cm x 30 cm; Reg. em Rer. Mem., vol.3, fl.157v.
2	1	1071-02-01		DOACAO	secular	Doacao de Vilar dos Mouros a se de Tui, por		Garcia, D., rei da Galizi	Tui, se	Tui	cx:1 doc.2	Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 50cm x 32,5cm; Em ane
3	1	1103-07-27		TESTAMENTO	secular	Testamento de Toda Etitaces, a favor do arce		Toda Etitaces	Geraldo, D., Arcebispo de Vila	Vila Migaria - Sao Vitor, San	cx:1 doc.3	Doc. em pergaminho, 21cm x 31cm.
4	1	1110-10-29		DOACAO	secular	Doacao do couto de Braga, feita pela rainha		Teresa, D., rainha	Mauricio Burdino, D., Arceb	Braga, couto de	cx:1 doc.4	Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 36,5cm x 20cm; Em ane
5	1	1112-04-12		DOACAO	secular	Doacao do couto de Braga, feita pelo conde		Henrique, D., conde e	Mauricio Burdino, D., Arceb	Braga, couto de		Doc. em pergaminho, 55cm x 31cm; Em anexo, 1 copia, 2 fls. (3 pp); Reg. Rer. M
6	1	1112-04-12		DOACAO	secular	Doacao do couto de Braga, feita pelo conde		Henrique, D., conde e	Mauricio Burdino, D., arceb	Braga, couto de	cx:1 doc.6	Doc. em pergaminho, 36,5cm x 17,7cm; Reg. Rer. Mem., vol.2, fl.9
7	1	1115-04-03		DOACAO	secular	Doacao (3 copias) do couto de S. Mamede d		Teresa, D., infanta	Mauricio Burdino, D., Arceb	Panoias, couto de S. Mame	cx:1 doc.33	Doc. em papel, 6 fls. (8pp), copia simples do sec. XVIII do doc.711 do Liber Fide
8	1	1120-02-26		CARTA DE SAG	residuos?	Carta de Sagraao feita a igreja de Sao Vitor		Paio Mendes, D., arceb	Sao Vitor, igreja	Sao Vitor, Santa Tecla	cx:1 doc.7 ou 6	Doc. em pergaminho, com letra carolina, em mau estado de conservacao,32cm
9	1	1125-09-02		DOACAO	secular	Doacao do mosteiro de Azere, em Valdevez		Teresa, D., rainha	Tui, igreja	Azere, couto de	cx:1 doc.8	Doc. em pergaminho, 30,8cm x 25,3cm. Em anexo 2 copias, 4fls. (6pp)
10	1	1125-09-04		DOACAO	secular	Doacao de varias igrejas sitas na comarca de		Teresa, D., rainha	Tui, bispo de	Valenca, comarca	cx:1 doc.9	Doc. em pergaminho, 52,2cm x 18,5cm. Em anexo, 1 copia 2fls. (3pp), sec. XIX
11	1	1128-05-27		DOACAO	secular	Doacao que fez D. Afonso Henriques ao arce	tade de Adau	Afonso Henriques, D.	Paio Mendes, D., arcebispo	Lapela, couto de	cx:1 doc.10	Doc. em pergaminho, 28,6cm x 12cm. Em anexo 1 copia, 4fls. (5pp); Reg. Rer. M
12	1	1128-05-27		DOACAO	secular	Doacao que fez D. Afonso Henriques em qu		Afonso Henriques, D.	Paio Mendes, D., arcebispo	Braga	cx:1 doc.11	Doc. em pergaminho, 26,5cm x 37cm. Em anexo 1 copia 2fls. (3pp); Reg. Rer. M
13	1	1131-03-15		DOACAO	secular	Doacao que fez Sesnando Ramires e sua mu		Sesnando Ramires e si	Paio Mendes, D., arcebispo	Domez, couto de	cx:1 doc.13	Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 38cm x 27,3cm. Em ane
14	1	1133-07-28		DOACAO	secular	Doacao do couto de Agostem, Chaves, feita		Afonso Henriques, D.	Paio Mendes, D.	Agostem, couto de	cx:1 doc.13	Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 32,5cm x 29cm, publica
15	1	1144-03-06		FORAL	jurisdicaao?	Foral outorgado por D. Joao Peculiar, arcebi		Joao Peculiar, D., arcel	Santa Marinha, moradores	Santa Marinha, couto de	cx:1 doc.14	Doc. em pergaminho, 20,5cm x 9cm.
16	1	1146-03-04		CARTA DE PAR	secular	Carta de partilhas entre Aurodona Pinionis		Aurora Pinionis e seus			cx:1 doc.15	Doc. em pergaminho, 25cm x 8,5cm
17	1	1172-03-00		CARTA DE VEN	secular	Carta de venda que fazem Pelagio Martins,		Pelagio Martins, Maria	Pedro Nuno e sua mulher, f	Esporoes, Sao Tiago	cx:2 doc.16	Doc. em pergaminho, 16,5cm x 20cm; Reg. Rer. Mem., vol.1, fl.65
18	1	1172-04-29		PACTO E CONV	relacao ecles	Pacto e convencao que fez D. Godinho, dea		Godinho, D., deao de e		Escudeiros, Sao Pedro	cx:2 doc.17	Doc. em pergaminho, 31cm x 18cm
19	1	1173-02-02		DOACAO	secular	Doacao do couto e outras camaras que hoje		Afonso, D., de Castela	OZ, mosteiro	Leao	cx:2 doc.23	Doc. em pergaminho, 46,5cm x 49cm, publica forma de 18/10/1490; Reg. Rer. N
20	1	1181-02-00		CARTA DE VEN	secular	Carta de venda de uma herdade, que fez Gc		Gomes Viegas	Goncalo Pedro e sua mulhe	Braga	cx:1 doc.19	Doc. em pergaminho, 21cm x 12cm
21	1	1196-06-11		DOACAO	secular	Doacao do couto da igreja de Neiva, feita p		Sancho I, D.	Goncalo Mendes	Coimbra	cx:1 doc.20	Doc. em pergaminho, 40,5cm x 35cm. Em anexo, 1 copia 2fls. (2pp)
22	1	Sec. XII		CONTRATO	secular	Contrato que fez Pedro Pais, com Pedro Pef		Pedro Pais e Pedro Pir			cx:1 doc.21	Doc. em pergaminho, 13,7cm x 14cm; esta raspado em 5 linhas, tendo desapar
23	1	1206-06-28		COMPOSICAO	secular	Composicao feita entre o arcebispo de Brag		Braga, arcebispos e Or		Poaires, Sao Miguel	cx:2 doc.23 ou	Doc. em pergaminho, 52cm x 25,5cm, doc. muito danificado; Reg. Rer. Mem., v
24	1	1213/1228		FORAL	secular	Foral do couto de Dornelas (Amares), em B		Estevao Soares da Silv	Dornelas, couto		cx:2 doc.23	Doc. em pergaminho, 52cm x 25,5cm, publica forma de 21/4/1446; Reg. Rer. M
25	1	1214-11-19		COMPOSICAO	secular	Composicao que o arcebispo fez com os mo		Estevao Soares da Silv		Costa e Sao Torcato, moste	cx:2 doc.24	Doc. em pergaminho, manchado pela humidade, 39,5cm x 23,7cm; Reg. Rer. M
26	1	1214		FORAL	secular	Foral do couto de Gavieiras (Braga) dado pe		Estevao Soares da Silv	Gavieiras, moradores do co	Gavieiras, couto de	cx:2 doc.25	Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 25cm x 14,8cm; Reg. Re
27	1	1216-04-13		COMPOSICAO	secular	Composicao porque consta da contenda qu		Estevao Soares da Silv		Corveira, Sao Joao Batista	cx:2 doc.26	Doc. em pergaminho, 19cm x 34cm
28	1	1216-10-23		CONCORDIA	relacao ecles	Concordia que o arcebispo de Braga, D. Este		Estevao Soares da Silv		Guimaraes	cx:2 doc.27	Doc. em pergaminho, 17,4cm x 45,3cm; Reg. Rer. Mem., vol.3, fl.115v.
29	1	1218-04-13		DOACAO	secular	Doacao de todos os dizimos, proventos e di		Afonso II, D., e sua mu	Estevao Soares da Silva, D.,	Santarem		Doc. em pergaminho, em mau estado de conservacao, 39,5cm x 33,5cm. Em an
30	1	1219-08-00		CARTA DE VEN	secular?	Carta de venda que fazem Joao e Afonso Pa		Joao Pais e Afonso Pai	Domingos Pais	Braga	cx:2 doc.29	Doc. em pergaminho 36cm x 9cm
31	1	1223-10-00		ESCAMBO	secular	Escambo que fez Pedro Pelagio, juiz de Entr	Moure	Pedro Pais e sua mulhe		Entre Homem e Cavado	cx:2 doc.30	Doc. em pergaminho, 17,3cm x 13cm
32	1	1224-02-04		COMPOSICAO	secular	Composicao que o arcebispo D. Estevao Soa		Estevao Soares da Silv		Carrazeda de Anciaes, Sant	cx:2 doc.31 ou	Doc. em pergaminho, 16,5cm x 26cm, em letra gotica cursiva. Publ. Costa, Avel
33	1	1226-11-00		CARTA DE VEN	secular	Carta de venda da quinta de Argifonso que	asas que lhe f	Fernando Martinho e s	Estevao Soares da Silva, D.,	Mire de Tibaes, Santa Maria	cx:2 doc.32	Doc. em pergaminho, 32,4cm x 18,2cm; Reg. Rer. Mem., vol.2, fl.19
34	1	1228-02-06		INSTRUMENTC	relacao ecles	Instrumento de que consta que Martim Pais		Martim Pais, Irmao da			cx:2 doc.33	Doc. em pergaminho, 12cm x 9,5cm
35	1	1231-04-00		HIPOTECA	secular?	Hipoteca da herdade do Barrio em S. Salvad		Fernando Martinho	Pais Pedro e sua mulher Te	Vimieiro, couto de	cx:2 doc.66	Doc. em pergaminho, 17,5cm x 11,8cm
36	1	1232-11-03		COMPOSICAO	secular	Composicao e concordia entre o arcebispo f		Silvestre Godinho, D.,		Braganca	cx:2 doc.34	Doc. em pergaminho, 12,2cm x 16cm
37	1	1232-11-08		LICENCA	jurisdicaao?	Licenca do arcebispo de Braga, D. Silvestre f		Silvestre Godinho, D.,	Moreirola, convento	Montesinho, Santa Cruz	cx:2 doc.35 ou	Doc. em pergaminho, 21,8cm x 20,8cm, em letra gotica. Publ. Costa, Avelino d
38	1	1233		TESTAMENTO	residuos	Testamento de Martim Soares, conego de B		Martim Soares, coneg	Braga, cabido	Braga	cx:2 doc.36	Doc. em pergaminho, 13,5cm x 17cm
39	1	1237-12-01		COMPOSICAO	secular	Composicao feita por D. Silvestre Godinho,		Silvestre Godinho, D.,		Braganca	cx:2 doc.36A o	Doc. em pergaminho, 17cm x 11,8cm, orig. carolina. Publ. Costa, Avelino de Je
40	1	1237-12-00		CARTA DE PAR	residuos?	Carta de partilhas que fez Pedro Pais com s		Pedro Pais e seus cons		Lamacaes, Santa Maria, hoj	cx:2 doc.37	Doc. em pergaminho, 16,5cm x 13cm
41	1	1238-11-26		ESCAMBO	secular	Escambo que fez D. Sancho II com a Igreja e		Sancho II, D., e Igreja e		Ponte de Lima e outras	cx:2 doc.38	Doc. em pergaminho, 31,3cm x 43,7cm, publica forma de 23/6/1344. Em anexo
42	2	1240-05-16		DISPENSA DE II	apostolico?	Dispensa de ilegitimidade, cometida pelo p		Gregorio IX, papa	Silvestre Godinho, D., arceb	Braga	cx:2 doc.39	Doc. em pergaminho, com selo pendente, 16,5cm x 11,3cm
43	2	1240-05-00		CARTA DE VEN	secular	Carta de venda que fez Joao Martinho Card		Joao Martinho Card	Joao Domingue	Duma, Sao Martiño	cx:2 doc.40	Doc. em pergaminho, 17,8cm x 8cm

Figura 2 - Formato da Base de Dados Access da *Colecção Cronológica* previamente existente

5.3.2. O Processo de Reorganização

A primeira fase de transformação da Base de Dados descritiva foi a migração do programa Microsoft Access para o Microsoft Excel. A par desta deslocação, realizamos algumas alterações no formato da Base de Dados pré-existente. Referimo-nos à extinção de alguns campos/colunas que consideramos não serem necessários para a pesquisa como é o caso da coluna designada de “Extra”. Esta foi extinta na medida em que não continha qualquer tipo de conteúdo informativo. A coluna intitulada “Tema” também desapareceu da Base de Dados e isto deveu-se ao facto do seu conteúdo não acrescentar qualquer benefício á pesquisa tornando apenas a Base de Dados mais confusa. Para além da eliminação de alguns campos/colunas, executámos a passagem de toda a informação presente no “sumário” e “sumário 2” para uma única coluna intitulada “Sumário”. Esta transformação permitiu colocar o resumo completo do documento numa única coluna facilitando, assim, a sua leitura.

Para o melhor entendimento da migração da Base de Dados Access para Excel e das alterações realizadas, expomos, na página seguinte, uma imagem (Fig.3) que permite a visualização da Base de Dados no programa Excel.

T264		fx											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	
252	283	7	1313-05-20	PRAZO	Prazo que Fr. Martinho, prior do mosteiro de Aguas Santas, seus freires e raaeiros, de todas as quebradas que o mosteiro possui em Tamel, freguesia de S. Juliao da Terra do Neiva, a Estevao Anes e a sua mulher, Maria Leda e a uma terceira pessoa por eles nomeada	Aguas Santas, mosteiro	Estevao Anes e sua mulher Maria Leda	Calendario, Sao Juliao	cx:6	Doc. em pergaminho, 19,5cm x 17,5cm. Vasco Martins, publico tabeliao da Terra da Maia			
253	284	7	1313-05-20	PRAZO	Prazo que Fr. Martinho, prior do mosteiro de Aguas Santas, seus freires e raaeiros fez de um casal que o mosteiro possui em Tamel, freguesia de S. Juliao da Terra de Neiva, a Aparicio Domingues e a sua mulher, Clara Domingues, moradores no referido casal e a uma terceira pessoa por qualquer deles nomeada, com as condicoes que nomeiam	Aguas Santas, mosteiro	Aparicio Domingues e a sua mulher Clara Domingues	Calendario, Sao Juliao	cx:6	Doc. em pergaminho, 19,5cm x 18cm. Vasco Martins, publico tabeliao da Terra da Maia			
254	311	7	1316-08-27	PRAZO	Prazo que Salvador Anes, procurador do convento de Sernide, fez de umas casas e quinta em Bastuoco, a Pedro? Domingues, morador em Bastuoco	Sernide, convento	Pedro? Domingues	Bastuoco, Santo Estevao	cx:6	Doc. em pergaminho, 14,5cm x 30,5cm	Doc em mau estado de conservação		
255	321	8	1317-09-13	PRAZO	Prazo que Maria Peres, vizinha de Lisboa, fez de duas courelas de vinha, com seus olivais, na Azoia a Nicolau Martins e a sua mulher, Domingas Martins, moradores na Azoia, ficando-lhes o direito de opcao em caso de venda	Maria Peres	Nicolau Martins e sua mulher Domingas Martins	Azoia - Lisboa - Povoa de Santa Iria de Azoia	cx:7	Doc. em pergaminho, 25cm x 17cm. Joao Peres, publico tabeliao de Lisboa			
256	370	9	1323-07-28	PRAZO	Prazo que faz Fernao Pires, raaeiro de Braga e proucurador "a quem os montes" de D. Joao, arcebispo de Braga, por uma vida, das casas que o arcebispo possui na vila de Miranda e os votos da referida vila, de Val de Fechas, de Bostelo, de vila de Val de Madeiro, de Ifanes, de Constantim, de Augueira, de Paco, de Vimiosos, do Campo de Pinelo, de Val de Pena, de Vilar Novo e de Val de Frades, com suas pertencas, a Diogo Eanes, raaeiro de Miranda	Joao Martins de Soalhaes, D.	Diogo Eanes	Miranda, Santa Maria Souto, Santa Maria	cx:8	Doc. em pergaminho, 32,5cm x 15,5cm. Feita em Miranda			
257	526	13	1331-08-18	PRAZO	Prazo que D. Ines da Cunha, mulher que foi de Vasco Pereira, fez de um casal em Santa Maria do Souto, a Geraldo Domingues	Ines da Cunha, D.	Geraldo Domingues	Souto, Santa Maria	cx:10	Doc. em pergaminho, 14,5cm x 16,5cm			
258	560	14	1333-03-10	PRAZO	Prazo que D. Goncalo Pereira fez de varias herdades da Quinta da Azoia	Goncalo Pereira, D., arcebispo		Azoia - Povoa de Santa Iria de Azoia		Tres Docs. em pergaminho, 59cm x 21,5cm; 53,5cm x 26cm; 45,5cm x 26cm			
259	637	16	1334-10-20	PRAZO	Prazo de certas herdades da quinta de Carapecos, que fez D. Goncalo Pereira, arcebispo de Braga a Tomas Peres, leigo, morador em S. Juliao do Calendario e a sua mulher Ana Rodrigues e a uma pessoa depois deles	Goncalo Pereira, D., arcebispo	e sua mulher Ana Rodrigues	Carapecos, Sao Tiago	cx:12	Doc. em pergaminho, 28,5cm x 13cm			
260	638	16	1334-10-26	PRAZO	Pereira, arcebispo de Braga a Joao Passos e sua mulher e a uma pessoa depois deles	Goncalo Pereira, D., arcebispo	Joao Passos e sua mulher	Carapecos, Sao Tiago	cx:12	Doc. em pergaminho, 33cm x 16,5cm			
					Publica forma passada a requerimento de D. Goncalo Pereira, arcebispo de Braga, por seu procurador, Goncalo Esteves, abade de Sta. Maria de Moreiras, arcebispo de		Domingos Migueis e sua mulher	Azoia - Lisboa -					

Figura 3 - Formato da Base de Dados migrada para o programa Excel

Depois de realizarmos a passagem da Base de Dados Access para o novo formato em Excel iniciámos uma nova fase no processo de reorganização deste instrumento descritivo. A partir da nova forma em Excel procedemos à transformação da Base de Dados, deixando de seguir o critério cronológico. O objetivo passou, nesta fase, pela construção de uma reestruturação firmada na tipologia documental da Coleção. Desta forma, iniciámos a mudança da Base de Dados a partir da criação de *Séries* tendo como base as tipologias documentais que compõem este fundo documental. Estas tipologias foram revistas por nós, partindo das tipologias já anteriormente existentes, que adaptámos sempre que se revelou necessário através da eliminação, acrescento ou correções das designações tipológicas e da classificação de cada documento, como explicaremos melhor mais à frente. Cada *Série* criada pode corresponder a uma ou mais tipologias. Para o melhor entendimento desta questão apresentamos como exemplo a Série intitulada “Actas”. A mesma é constituída pelo conjunto de atas que compõem a fração medieval da *Colecção Cronológica*, ou seja, é composta por uma única tipologia. O mesmo não sucede com a Série “Acordos”. Esta é formada por mais que uma tipologia, isto é, é constituída por tipologias cuja temática e/ou objetivo são comuns (composições, acordos e concórdias), daí a sua junção.

A par desta principal transformação, isto é, da reorganização da Base de Dados tendo por base a tipologia documental, realizamos ainda outro tipo de intervenções. Relativamente aos campos/colunas que constituem a Base de Dados, consideramos que seria importante proceder ao aumento dos mesmos. Sendo assim, acrescentamos três campos/colunas intitulados: Estado do Documento; Idioma e Escrita; Observações. As informações relativas ao idioma, escrita, estado de conservação dos documentos, entre outras, encontravam-se presentes, como referimos no capítulo 4.2, na coluna designada de “Descrição”. Na mesma encontrávamos demasiada informação para apenas um campo informativo. Nesta medida, consideramos relevante proceder à divisão da informação aí contida. Assim, criamos as referidas três colunas que permitem uma maior organização da informação contida na Base de Dados.

ESTADO DO DOCUMENTO	IDIOMA E ESCRITA	OBSERVAÇÕES

Figura 4 - Parte da Base de Dados Excel relativa às três colunas acrescentadas

Transportamos para essas novas colunas informações que, na nossa perspectiva, estavam erradamente concentradas num único campo informativo (idioma, escrita, estado de conservação, entre outras informações). Note-se que, na coluna “Observações”, encontramos a informação sobre se o documento em questão é original ou uma pública-forma sendo que, nessa mesma coluna, podem ser colocadas informações adicionais acerca dos documentos, daí o título “Observações”.

A par desta alteração, foram visualizados cerca de 124 documentos com o objetivo de colmatar a falha de informação existente no que concerne aos pontos já mencionados, ou seja, estado do documento, idioma, escrita, bem como se o documento em questão é original ou não. Devido à indisponibilidade de tempo não pôde ser visualizada mais documentação e, desta forma, ainda existem documentos sobre os quais não se encontram expostas, na Base de Dados descritiva, estas informações.

Para além da visualização dos referidos 124 documentos, cujo propósito foi o de corrigir a falta das informações já referidas, também se realizou, a revisão de algumas tipologias a partir da observação documental, quando se revelou pertinente. Esta tarefa foi necessária nos casos de alguns documentos cuja designação era ambígua ou não era a mais correta. Referimo-nos, por exemplo, aos dois documentos intitulados de “censos”. O primeiro “censo” (cota número 514) passou a ser designado de “obrigação de pagamento”. O segundo (cota número 666) passou a ser identificado como “escambo”. De igual modo procedemos à revisão de outros dois documentos designados de “editais”. O primeiro (cota número 1294) passou a ser designar-se “carta” dado que se tratava de uma carta do Arcebispo de Braga dirigida aos Juizes e Justiças de Braga. O segundo (cota número 1315) passou também a intitular-se “carta” dado que correspondia a uma carta do arcebispo de Braga aos abades do arcebispado. Destacamos o documento designado de “cruzada”. Também este foi revisto e corrigido. Assim, passou a ser intitulado de “indulgência”. Atribuímos destaque ao documento com a denominação “documento”. Este não tinha identificação tipológica sendo realmente necessária a sua visualização. A partir da observação realizada passou a ser designado de “composição”. Sobressaimos também a visualização do documento intitulado “questão”. Depois da observação documental atestamos que o mesmo correspondia a uma “sentença régia”. Salientamos ainda o documento denominado de “queixa”. Este ficou com a designação de “inquirição”. Analisámos também o documento que se encontrava com o nome de “reunião”. Depois da revisão efetuada passou a intitular-se “carta” visto tratar-se de uma carta do arcebispo D. Fernando para o bispo

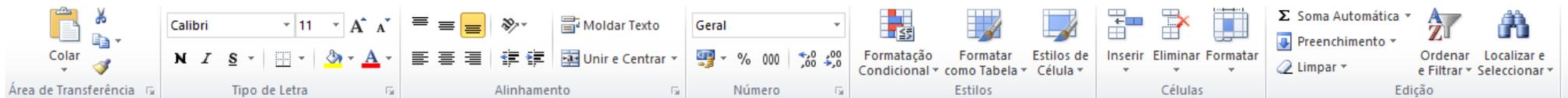
de Coimbra, ou seja, o referido documento, tal como outros que foram revistos, encontrava-se com uma errada designação. É assaz importante salientar que também procedemos à revisão do documento designado de “testação”. Verificamos que se tratava de um instrumento de transação e não de um instrumento de testação. O documento “legacia” também foi revisto passando ser identificado como “protesto”. Evidenciámos a revisão de dois documentos que se encontravam designados como “contrato”. O primeiro, de acordo com a informação na coluna “Sumário”, era constituído por um conjunto de documentos. A partir da realização de consulta direta verificamos que esse conjunto correspondia a onze documentos distintos que se encontravam cozidos. Desta forma, procedemos à sua divisão e classificação. A partir da cota inicial (947), criamos a seguinte divisão: 947(A) - venda; 947(B) - obrigação; 947(C) - obrigação; 947(D) - recibo; 947(E) - carta; 947(F) - protesto 947(G) - procuração; 947(H) - procuração; 947(I) - doação; 947(J) - carta; 947(K) - procuração. O segundo “contrato” (1263) que foi alvo de observação passou a ser intitulado de “acordo de fretamento”. Foram ainda visualizados quatro documentos denominados “Declarações”. Dos quatro documentos, três (com as cotas número 793, 801 e 803) passaram a designar-se de “recibo” e um último (cota número 313) de “carta citatória”. O documento com o nome “pregão” foi também revisto passando a ser denominado “carta” dado que correspondia a uma carta do Juiz do Concelho de Braga. Por fim, evidenciámos a visualização de seis documentos que se apresentavam designados como “instrumentos”. Os documentos com as cotas números 762 e 768 passaram a designar-se “obrigações”, o documento com cota número 770 passou a intitular-se “juramento”, outro com a cota número 801 fica com a designação de “recibo”, o documento com a cota número 816 passa a denominar-se “pagamento” e, por fim, o documento com a cota número 1048, fica com a designação de “sentença apostólica”.

A ação de visualização e revisão da documentação que apresentamos foi fundamental para percebermos as incorreções existentes na classificação tipológica atribuída a alguns documentos na Base de Dados pré-existente. Com este procedimento procuramos resolver os problemas que existiam com documentação cuja classificação considerávamos pouco esclarecedora. Desta forma, eliminamos designações que não estavam aplicadas de forma correta. De igual modo, fomos constatando que se tornava necessária a realização de uma revisão geral da documentação tendo em conta a sua designação tipológica, mas também a informação contida na coluna “Sumário”. Relativamente a esta última, torna-se importante referir que, muitas vezes, a informação relativa ao conteúdo do documento se encontrava um pouco

confusa. Note-se que, na dúvida, mantivemos algumas classificações documentais anteriores, como por exemplo “Provisões” e outras- ainda que provavelmente sejam sinónimos de outros tipos documentais - devendo por isso, no futuro, vir a ser eliminadas e integradas noutras tipologias documentais-série. O facto é que teríamos de realizar uma análise rigorosa e sistemática a toda a CC para o comprovar o que, como já se explicou, não foi feito. Não sendo possível efetuar essa análise, optamos por manter provisoriamente essas classificações anteriores até que no futuro surjam as condições para poderem ser revistas. Mas na impossibilidade de realizarmos agora essa análise mais rigorosa, pareceu-nos mais prudente manter essas classificações iniciais, ainda que isso possa significar a existência do mesmo tipo de documentos sob distintas classificações.

Para além da revisão tipológica, realizada a partir de consulta direta dos documentos, efetuamos também a retificação das tipologias através da leitura do resumo integrado na coluna “Sumário”. Ou seja, em alguns casos foi possível proceder à alteração das designações tipológicas que se encontravam incorretas, a partir da leitura do campo “Sumário” que possuía informações suficientes para procedermos a essa modificação. Os casos a que nos referimos são: “instrumentos” (sessenta e dois documentos) “Declarações” (quatro documentos), “Públicas - forma” (três documentos), “Públicos - Instrumentos” (um documento), “Transcrição” (um documento) e “Traslados” (dois documentos). Parte destes documentos passaram a designar-se como “obrigações”, “confissões de dívida”, “empréstimos”, “litígios”, “recibos”, entre outras denominações.

Este trabalho de revisão e correção foi fulcral para aprofundarmos o estudo acerca do Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* mas, sobretudo, para detetar um conjunto importante de imprecisões e lacunas que constituíam entraves à compreensão da documentação. Na página seguinte (Fig.5) apresentamos o formato da Base de Dados reorganizada por nós no âmbito do Estágio.



R32													
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1					BASE DE DADOS DESCRITIVA DA COLEÇÃO CRONOLÓGICA								
2					PERÍODO MEDIEVAL								
3													
4													
5					Série 1								
6					Ações Judiciais (demandas, litígios...)								
7													
8	COTA	PASTA	DATA	DOC	ÂMBITO E CONTEÚDO	AUTOR	DEST	LOCALDES	COTA_AN	DESCRIÇÃO	ESTADO DO DOCUMENTO	IDIOMA E ESCRITA	OBSERVAÇÕES
9	905	24	1390-08-23	ACÇÃO JUDICIAL	Instrumento pelo qual o arcebispo D. Lourenço manda que os fidalgos não hajam comedorias nem taxacos em mosteiros, através da carta regia de D.	Lourenço Vicente, D., arcebispo	Portugal, fidalgos	Braga		Doc. em pergaminho, 29cm x 18,5cm			
10	1099	31	1431-01-19	ACÇÃO JUDICIAL	Declaratória sobre a igreja de S. Salvador de Ancoiaes, padroado de Vila Flor Demanda que Martim Martins, juiz do couto de Varzea e procurador de D. Teresa Alvares, abadesa de Semide, faz a D. Ouroana, mulher que foi de Fernao Martins Camelo, que comparece perante o juiz de Faria, Domingos Domingues, com o tabeliao Pedro Lourenço e o meirinho Lourenço Anes, para poder haver cumprimento de direito da posse das casas e herdamentos que foram de Pedro Dominques de Bastuco e que a referida D. Ouroana ocupava	Fernando da Guerra, D., arcebispo	Ancoiaes, igreja de Sao Salvador	Ancoiaes, Sao Salvador		Doc. em papel, composto por sete documentos cosidos entre si, 29,5cm x 236cm. Actualmente esta freguesia esta anexada a Carrazeda			
11	345	8	1320-11-08	DEMANDA	Instrumento sobre a demanda que o arcebispo D. Goncalo Pereira trazia sobre a visitacao da colegiada de Guimaraes	Domingos Dominques	Ouroana, D.	Bastuco, Santo Esteveao	cx:7	Doc. em pergaminho, 16,5cm x 11,8cm. Dada em Plates por Pedro Lourenço, tabeliao de Faria			
12	740	19	1341-11-10	DEMANDA	Demanda de D. Goncalo Pereira na questao que trazia sobre Ervededo	Goncalo Pereira, D., arcebispo	Guimaraes, colegiada	Braga		Doc. em pergaminho, 51,5cm x 36,5cm. Mestre Fernando Aria, Doc. em pergaminho, composto por tres documentos cosidos entre si, 21cm x 113,5cm	Doc com falta de texto no lado esquerdo		
13	710	18	133?	DEMANDA	Demanda de Diogo Alvares, conego da se de Braga e administrador da capela de D. Goncalo Pereira, contra Afonso Esteves, cidadão de Braga e sua mulher, Guiomar Esteves, por 890 libras que estavam devendo da renda da quinta da Azoia e da de Carapeços	Goncalo Pereira, D., arcebispo	Afonso Esteves e sua mulher Guiomar Esteves	Ervededo, Sao Martinho	cx:10	Doc. em pergaminho, 39,5cm x 44,5cm	Doc. em papel, composto por tres documentos cosidos entre si, 29,5cm x	Doc danificado na parte superior	
14	888	24	1382-12-03	DEMANDA	Demanda entre o administrador dos bens da capela de D. Goncalo Pereira e Goncalo Martins, morador na quinta dos Manjoes, sobre o pagamento das pensoes que este devia pagar pela dita quinta	Diogo Alvares	Goncalo Pereira, administrador da capela de D.	Braga Lisboa - Povoa de Santa Iria de Azoia		Doc. em papel, 41 fls. (80pp)	Doc em mau estado de conservação; com falta de texto		
15	1162	33	1438-01-28	DEMANDA	Processo da demanda que correu entre o bispo de Ceuta, D. Justo e o prior e racoeiro da colegiada de Viana	Justo, D.	Viana do Castelo, colegiada	Viana do Castelo	cx:32	Doc. em pergaminho,			
16	1383	43	1482	DEMANDA	Instrumento de que consta que Martim Pais (irmao da Ribeirinha), não quis estar	Martim Pais,			cx:2				

Figura 5 - Formato da Base de Dados reestruturada

Desta forma, procuramos reorganizar a Base de Dados tendo como assento as tipologias documentais e, ao mesmo tempo, resolver um conjunto de problemas e falhas que impediam a sua melhor compreensão. Como referimos anteriormente, esta reestruturação baseou-se na criação de séries compostas pelas tipologias documentais. Sendo assim, foram criadas 51 séries que correspondem às dezenas de tipologias existentes.

Do conjunto de séries construídas destacamos, em primeiro lugar, as que são compostas por mais do que uma tipologia. Ou seja, nestes casos optamos por fazer uma junção de duas ou mais tipologias numa única série devido ao facto de existirem semelhanças entre elas. Destacamos a Série número 1 designada de “Ações Judiciais (demandas, litígios...)”. Esta é constituída por 31 documentos. Realizamos a junção de tipologias documentais que correspondem a ações de ordem judicial. Destacamos a Série número 3 denominada de “Acordos”. Esta é constituída por composições, concórdias e acordos. Neste caso optamos por juntar estes três tipos de tipologias, enquadrando-as numa única série, tendo em conta a sua semelhança. Ressaltamos também a Série que se intitula “Aforamentos, Arrendamentos e Emprazamentos (Prazos)”. Neste caso também efetuamos a junção destes documentos pelo facto de apresentarem semelhanças e se encontrarem ligados à gestão de propriedade, embora juridicamente distintos. Evidenciámos a Série número 11 designada de “Autorizações e Licenças”. A Série número 18 também é um exemplo deste caso com a união dos documentos que correspondem a “Compra e Venda (Negócios Jurídicos)”. Salientamos também a Série com a denominação de “Compromissos e Obrigações”, bem como a Série intitulada “Demarcações e Divisões”. Destacamos a Série com o nome de “Demissões, Desistências, Renúncias e Resignações”. Neste caso consideramos correto proceder à união da documentação devido à razão anteriormente mencionada, isto é, a homogeneidade das definições, não obstante as suas diferenças particulares. Salientamos ainda a Série designada de “Documentos Apostólicos (Papa, cúria e câmara apostólica, legados papais). Esta é constituída por mandados, bulas, entre outros documentos. A Série intitulada “Escambos, Trocas e Permutas (Negócios Jurídicos)” também se apresenta como um exemplo de junção de documentação na medida em que nos referimos, mais uma vez, a documentos com sentidos similares. E de igual modo as seguintes séries: “Estatutos, Ordenações e Regulamentos”; a Série “Fianças, Hipotecas e Desipotecas”; a Série “Homenagens e Obediência”; a Série “Inventários” que inclui inventários, tombos, rol de dívidas, entre outros; a Série “Partilhas e Testamentos (Negócios Jurídicos)”; a Série

“Privilégios”; a Série “Protestos e Reclamações”; a Série “Procurações e Comissões (Atos Jurídicos)”; a Série “Quitações e Recibos”.

Depois de destacarmos os exemplos das séries marcadas pela junção de tipologias evidenciámos os casos em que foram criadas subséries. Sendo assim, expomos a Tabela 1 onde visualizamos os dois exemplos que apresentam essa organização:

Tabela 1 - Subséries da Base de Dados descritiva

Série	Subsérie
1. Ações Judiciais (demandas, litígios...)	1.1. Processos Judiciais Eclesiásticos
14. Cartas	14.1. Cartas – Assuntos Diversos 14.2. Cartas Citatórias 14.3. Cartas Inibitórias 14.4. Cartas Precatórias 14.5. Cartas Régias

Como podemos ver na Tabela 1, são apenas duas as séries documentais que se encontram com uma divisão em subséries. Relativamente à Série número 1 esta divisão fez sentido na medida em que se tratam de tipologias documentais de ordem judicial e, sendo assim, devem estar ligadas a partir deste tipo de organização. No que concerne à Série número 14 este tipo de ordenação em subséries permite uma compreensão mais rápida e fácil do conjunto de diferentes cartas que compõem a *Colecção Cronológica*.

Depois de expostos os exemplos acerca da união de tipologias e da criação de subséries apresentamos, na Tabela 2, as restantes séries que compõem a Base de Dados reorganizada e que apenas correspondem a uma tipologia:

Tabela 2 - Séries da Base de Dados descritiva compostas por uma tipologia documental

Série	Título
4	Atas
6	Alvarás
7	Anexações
8	Apelações
9	Apresentações
10	Arbitragens
12	Autos
13	Capítulos de Cortes
15	Censuras
16	Certidões
17	Citações
20	Confirmações
21	Confissões de Dívida
22	Constituições
23	Convocatórias
26	Dispensas
27	Doações (Negócios Jurídicos)
29	Empréstimos
32	Excomunhões
34	Forais
36	Inquirições
38	Mercês
39	Nomeações
40	Notificações (Atos Judiciais)
41	Pagamentos (Negócios Jurídicos)
43	Posses
47	Prorrogações
48	Provisões
50	Requerimentos
51	Visitações

Para a melhor compreensão da estrutura reestruturada da Base de Dados descritiva apresentamos, na Tabela 3, um índice constituído pelo conjunto total das séries e subséries construídas:

Tabela 3 - Total do número de séries e subséries da Base de Dados descritiva

Série e Subsérie	Título
1	Ações Judiciais (demandas, litígios...)
1.1	Processo Judiciais Eclesiásticos
2	Acórdãos e Sentenças (Atos Jurisdicionais)
3	Acordos
4	Atas
5	Aforamentos, Arrendamentos e Emprazamentos (Prazos)
6	Alvarás

7	Anexações
8	Apelações
9	Apresentações
10	Arbitragens
11	Autorizações e Licenças
12	Autos
13	Capítulos de Cortes
14	Cartas
14.1	Cartas – Assuntos Diversos
14.2	Cartas Citatórias
14.3	Cartas Inibitórias
14.4	Cartas Precatórias
14.5	Cartas Régias
15	Censuras
16	Certidões
17	Citações
18	Compra e Venda (Negócios Jurídicos)
19	Compromissos e Obrigações
20	Confirmações
21	Confissões de Dívida
22	Constituições
23	Convocatórias
24	Demarcações e Divisões
25	Demissões, Desistências, Renúncias e Resignações
26	Dispensas
27	Doações (Negócios Jurídicos)
28	Documentos Apostólicos (Papa, cúria e câmara apostólica e legados papais)
29	Empréstimos
30	Escambos, Permutas e Trocas (Negócios Jurídicos)
31	Estatutos, Ordenações e Regulamentos
32	Excomunhões
33	Fianças, Hipotecas e Desipotecas
34	Forais
35	Homenagens e Obediência
36	Inquirições
37	Inventários
38	Mercês
39	Nomeações
40	Notificações (Atos Judiciais)
41	Pagamentos (Negócios Jurídicos)
42	Partilhas e Testamentos (Negócios Jurídicos)
43	Posses
44	Privilégios
45	Procurações e Comissões (Atos Judiciais)
46	Protestos e Reclamações
47	Prorrogações
48	Provisões
49	Quitações e Recibos
50	Requerimentos
51	Visitações

Depois da reestruturação da Base de Dados descritiva consideramos importante construir uma tabela explicativa com o objetivo de a mesma funcionar como complemento informativo, ou seja, com a sua construção pretendemos, com os campos/colunas criadas, acrescentar um conjunto de informações relevantes acerca de cada série. O ficheiro designa-se “Guião Descritivo”. Como referimos, consideramos significativa a criação deste complemento informativo de forma a conduzir a uma maior compreensão e conhecimento da documentação que compõe as 51 séries construídas. Sendo assim, criamos a referida tabela com cinco campos/colunas intituladas: série (número); título (designação da série); cronologia (limite cronológico); conteúdo (descrição do conteúdo da série); autores (caracterização da autoria da série). Com a sua criação procuramos fornecer informações pormenorizadas acerca das séries documentais formadas. Para o melhor entendimento do complemento “Guião Descritivo”, apresentamos, na página seguinte (Fig.6), a imagem do seu formato.

The image shows a screenshot of the Microsoft Excel interface. The title bar indicates the file name is 'Guião Descritivo'. The ribbon is set to 'Inserir' (Insert) with the 'Células' (Cells) group selected. The active cell is B4. The table below is a structured data table with the following content:

	A	B	C	E	F
1				Guião Descritivo	
2					
3	Série e Subsérie	Título	Cronologia	Conteúdo	Autores
4	1 e 1.1	1. Ações Judiciais (Demandas, Litígios...) 1.1. Processos Judiciais Eclesiásticos	Séculos XIV-XV	Série constituída por 2 ações judiciais, 6 demandas ,21 litígios e 2 intimações. Denote-se que a respetiva série é constituída por duas subséries. A subsérie, denominada "Processos Judiciais Eclesiásticos", é formada por 7 processos.	Os autores que constituem a respetiva série são: arcebispo de Braga, abadessa do Mosteiro de Arouca, abade do Mosteiro de Sande, tabelião do rei de Portugal, rei de Portugal, bispo de Lamego, cúria apostólica, entre outros.
5	2	Acórdãos e Sentenças (Atos Jurisdicionais)	Séculos XIII-XV	Série composta por 9 absolvições, 2 acordãos, 1 perdão papal e 93 sentenças incluindo apostólicas e régias. Ressalte-se que o documento com a cota nº 1291 designava-se "questão". Depois da sua visualização passou a denominar-se "sentença régia". O mesmo aconteceu com o documento que apresenta a cota nº 1048 que depois da observação realizada passou a intitular-se "sentença apostólica".	Os autores que compõem a série são: arcebispo de Braga, Papa, cardeal Berengário, cabidos de Braga e Cedofeita, cúria pontifícia, vigário-geral do arcebispo de Braga, juiz de Braga, rei de Portugal, abadesa de Sernide, bispos de Viseu e Coimbra, entre outros.
6	3	Acordos	Séculos XII-XV	Série constituída por 33 composições, 10 concórdias, 8 acordos e 1 capítulo . Note-se que o documento com a cota nº 351 se encontrava com a designação de "documento". Depois da sua visualização foi-lhe atribuída uma nova denominação, ou seja, "composição". O mesmo se passou com o documento com a cota nº 1253. Este designava-se "contrato". Depois da sua observação passou a intitular-se "acordo de fretamento".	O principal autor da documentação que constituiu esta série é o arcebispo de Braga, mas destaca-se a existência de um número reduzido de documentos com outro tipo de autores como o Papa, abades, clérigos, entre outros. Os autores das atas presentes nesta série são, os cabidos de Braga, Lisboa e Coimbra mas também o

Figura 6 - Representação do complemento informativo intitulado "Guião Descritivo"

5.4. Resultados

Como referimos anteriormente, a Base de Dados da *Colecção Cronológica* pré-existente ao nosso trabalho caracterizava-se pela existência de lacunas significativas. Como também já mencionámos, a ordenação cronológica, aplicada aos 3379 documentos, não resulta na realização de uma pesquisa eficiente e rápida por parte do utilizador. O facto é que, com o processo de reestruturação que levamos a cabo, conseguimos colmatar um conjunto de problemas no que respeita à fração medieval da Base de Dados da *Colecção Cronológica*, ou seja, resolvemos a questão do difícil entendimento do conjunto documental que a compõe, bem como as lacunas relativas à incorreta denominação tipológica. Ressaltamos também a resolução do problema ligado à organização da informação disponibilizada pelos campos da Base de Dados pré-existente. Depois de terminado o referido processo de reestruturação, podemos reconhecer que cumprimos o principal objetivo, ou seja, tornar mais compreensível e simples a Base de Dados pré-existente. Grosso modo, eliminamos a organização cronológica como princípio de ordenação, para aplicar um método organizativo mais acessível e eficaz.

Torna-se relevante evidenciar o facto de termos conseguido construir uma Base de Dados seguindo um tipo de organização que permite uma leitura mais prática, célere e capaz deste instrumento descritivo, tornando-se a pesquisa mais simples. A organização por séries, tendo como base as tipologias documentais, levou-nos a criar uma forma de organização que facilita o conhecimento dos diferentes tipos de documentação presentes na fração medieval da *Colecção Cronológica*. Evidenciámos também a resolução das falhas relativas à denominação e definição de algumas tipologias. Esta tarefa permitiu que reforçássemos a compreensão documental.

Este processo de reorganização, ao contribuir para a compreensão mais eficiente da documentação, possibilitou que se tornasse mais fácil, o eventual futuro transporte de alguns documentos para outros fundos documentais onde possam ser inseridos de forma mais coerente. Destacamos ainda a criação da tabela explicativa intitulada "Guião Descritivo". A sua construção permitiu-nos a realização de uma tarefa primordial, ou seja, o aprofundamento do conhecimento da documentação medieval da *Colecção Cronológica*, tendo em conta a sua cronologia, os seus autores, tipos e conteúdos, entre outros aspetos significativos. Podemos afirmar que este processo de reestruturação conduziu-nos a um novo tipo de reorganização tendo bem presente a procura de uma leitura mais fácil, mais rápida e mais compreensível da documentação medieval que constitui a *Colecção Cronológica*.

Conclusão

A *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga é constituída por milhares de documentos que, como vimos, se encontram atualmente organizados num tipo de formato que coloca um conjunto de entraves aos utilizadores que pretendam iniciar uma pesquisa na sua Base de Dados descritiva. Com a realização do estágio no ADB, procuramos resolver esta e outras problemáticas intervindo na parte medieval da referida Base de Dados. Com a concretização das diferentes fases do processo de reestruturação da fração medieval da Base de Dados pré-existente, assistimos, a consideráveis melhorias na sua configuração. Procuramos tornar a mesma mais clara. Para isso, intervimos, acima de tudo, ao nível da tipologia documental, ou seja, a partir da criação de *Séries* com base nas tipologias que compõem este fundo documental. Destacamos a importância do processo de revisão e correção tipológica através da consulta direta de documentação, bem como da leitura do resumo dos documentos disponibilizado na Base de Dados pré-existente. O estágio realizado conduziu à concretização de algumas importantes mudanças na parte medieval da Base de Dados descritiva, mas é assaz importante destacar que, a partir da realização de uma análise mais aprofundada, constatamos ser necessária a execução de uma revisão geral de toda a documentação que compõe a *Colecção Cronológica*. Falamos de uma revisão que se deve centrar na resolução de algumas falhas ligadas à atribuição das tipologias, às lacunas no que concerne ao resumo do conteúdo do documento e à falta de informação relativamente ao estado de conservação, idioma e tipo de letra. Para que a informação transmitida pela Base de Dados da *Colecção Cronológica* seja inteiramente correta e completa é necessária a concretização da referida revisão de forma a resolver um conjunto de falhas que impedem uma total compreensão do tipo de documentação que constitui este fundo documental.

Em primeiro lugar, destaque-se a problemática ligada á incorreta e ambígua atribuição de tipologias documentais. Quando, ao longo do estágio, procedemos à visualização de alguma documentação, concluímos que alguns documentos figuram com tipologias incorretas que, em alguns casos, nada têm a ver com o seu conteúdo. Noutros casos, a denominação atribuída é dúbia e/ou pouco esclarecedora. Para a resolução desta falha é estritamente necessária uma revisão documental profunda. Em segundo lugar, salientamos a já referida lacuna no que diz respeito ao resumo do documento. Neste caso é necessário também rever a documentação, pois em muitos casos, o resumo do conteúdo documental não está devidamente completo ou então o seu entendimento não é simples e eficaz. Por último, mas não menos importante, existe o

problema relacionado com a falta de informação no que concerne ao estado de conservação, entre outras informações já mencionadas. Relativamente a esta lacuna, a observação de documentação durante o estágio não foi suficiente para colmatar esta falha, pois não foi possível observar toda a documentação, conforme já se explicou. Sendo assim, é fundamental proceder-se novamente à visualização documental para que seja possível alcançar a transmissão de uma informação absolutamente completa.

Como já referimos, o estágio realizado no ADB, permitiu a resolução de um conjunto de importantes dificuldades que impossibilitavam o melhor entendimento da documentação medieval do fundo *Colecção Cronológica*. Ao mesmo tempo, conduziu à descoberta de outras problemáticas cuja futura resolução pode tornar ainda mais completa e correta a informação transmitida pela Base de Dados descritiva. Constatamos assim que, a reestruturação da fração medieval do instrumento descritivo da *Colecção Cronológica*, realizada no âmbito do Mestrado em História, proporcionou melhorias significativas conduzindo à obtenção de uma melhor e mais clara compreensão do conjunto documental medieval intervencionado, que deverá ser alargado e aplicado futuramente a todo o conjunto da Base de Dados e de forma sistemática.

Além de rever e corrigir os campos e os respetivos conteúdos da Base de Dados, este estágio visou também ensaiar ou testar possíveis formas de reorganizar essa Base de Dados pré-existente de descrição da *Colecção Cronológica*. Além da forma ensaiada no estágio, em séries correspondentes a tipologias documentais – que como já se referiu para vir a ser implementada no futuro obrigará a rever e reformular as classificações tipológicas de forma exaustiva e mais rigorosa, com a confirmação dos dados da Base de Dados, a partir da leitura de documento a documento, a realizar no futuro – outra possibilidade seria organizar a Base de Dados por autor do documento, ou até por autor/destinatário dos documentos - como se pode observar no Capítulo 4.1 - no sentido em que a sua presença nesta *Colecção Cronológica* se deve a serem documentos produzidos por um autor ou enviados para esse autor. Dentro de cada autor poderá existir eventualmente, quando se justificar, uma organização por subséries tipológicas ou simplesmente cronológica.

O estágio realizado deve pois ser entendido como um desbravar de caminho, abrindo pistas para metodologias e soluções a serem aplicadas de forma rigorosa e exaustiva no futuro, que esperamos próximo. Sempre com o objetivo final enunciado de reorganizar a Base de Dados descritiva e até eventualmente a desagregar e reafetar a diferentes fundos ou séries já existentes, tal como preconiza uma das hipóteses de atuação consideradas possíveis pelo ADB.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA:

Documentos manuscritos

Fundo *Colecção Cronológica*

Instrumentos descritivos

Base de Dados (pré-existente) do Fundo *Colecção Cronológica*

Bibliografia

ADB «Fundos Documentais», Arquivo Distrital de Braga, <http://www.adb.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=7&pageid=9&lang=pt-PT> (consultado a 25 de Agosto de 2015).

ANTT, «História», Arquivo Nacional Torre do Tombo, <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/> (consultado a 10 de Setembro de 2015).

Araújo, António de Sousa, e Armando B. Malheiro da Silva. *Inventário do Fundo Monástico-Conventual*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1985.

Azevedo, Alberto Feio Soares de. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Braga: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, 1920.

Coelho, Maria Helena da Cruz. «D. Gonçalo Pereira- Um querer, um agir». Em IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Congresso Internacional - Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Teologia de Braga / Centro Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. II/1.

Coelho, Maria Helena da Cruz, Saul António Gomes, Maria do Rosário Morujão e Maria José Azevedo Santos. *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

Costa, Avelino Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.

Costa, Maria Antonieta Moreira da. *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Cunha, Maria Cristina Almeida e. *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*. [s.l.]: Toxosoutos, Serie Trivium, 2005.

Cunha, Rodrigo da (D.). *História Eclesiástica Dos Arcebispos de Braga*. Edição Fac- Similada. Braga: Cabido Metropolitano, 1989.

Guyotjeannin, Olivier, Jacques Picke e Benôit-Michel Tock. *Diplomatique Médiévale*, Col. L'Atelier du Medieviste 2. Brepols: 2006.

Lima, Maria Justiniana Pinheiro Maciel. «O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis». Dissertação de Mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998.

Marques, António H. Oliveira de. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: editorial estampa, 1988.

Marques, José. *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Marques, José. «BRAGA, Arquidiocese de». Em *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, direc. Carlos Moreira de Azevedo, 222-252. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

Marques, José. *Braga Medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1983.

Marques, José. «Documentos Portugueses: Tipologia». *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, XII (1993): 47-58.

Marques, José. «Senhorio de Braga e Arcebispos da independência». *Bracara Augusta*, XLIX, nº 103 (116) (2000):127-174.

Mattoso, José. «Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existente no Arquivo Distrital de Braga». *Bracara Augusta*, XX, nº 45/46 (2004):358-412.

Morujão, Maria do Rosário Barbosa. *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Nogueira, Bernardo de Sá. «O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)». Em *História Religiosa de Portugal*. direc. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa; Círculo de Leitores, 2000.

Orti, M^a Milagros Cárcel, ed. *Vocabulaire International de La Diplomatie*. València: Universitat de València, 1997.

Ramos, Júlio, Manuel, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro e Manuel Luís Real. *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação - Volume 1*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Ribeiro, Fernanda. «A República e a política de informação para os Arquivos». *Direcção Geral de Arquivos: Boletim*, nº13 (2010): 6-7.

Ribeiro, Fernanda. «Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades». Em *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presentes, Que Futuro?*. org. Maria de Lurdes Rosa, 45-58. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/ Centro de História de Além-Mar/ Caminhos Romanos, 2012.

Ribeiro, Fernanda. «Da arquivística técnica a arquivística científica; a mudança de paradigma». *Revista da faculdade de Letras, I Série vol.1* (2002):97-110.

Ribeiro, Fernanda, e Armando Malheiro da Silva. *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Ribeiro, Fernanda. *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

RPA. «Objetivos da RPA», Rede Portuguesa de Arquivos, <http://arquivos.pt/identificacao-institucional/objectivos-da-rpa/> (consultado a 9 de Setembro de 2015).

Silva, Armando Barreiro Malheiro da. «Arquivologia e gestão de informação/ conhecimento». *Informação e Sociedade: Estudos*, XIX, nº 2 (2009): 47-52.

Silva, Maria João Oliveira e. «A Escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média: (Estudo Diplomático e Paleográfico)». Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

Silva, Maria João Oliveira e. *Scriptores Et Notatores. A Produção Documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008.

Vaz, António Luiz. *O Cabido de Braga, 1071 a 1971*. Braga: José Dias Castro, 1971.

Anexos

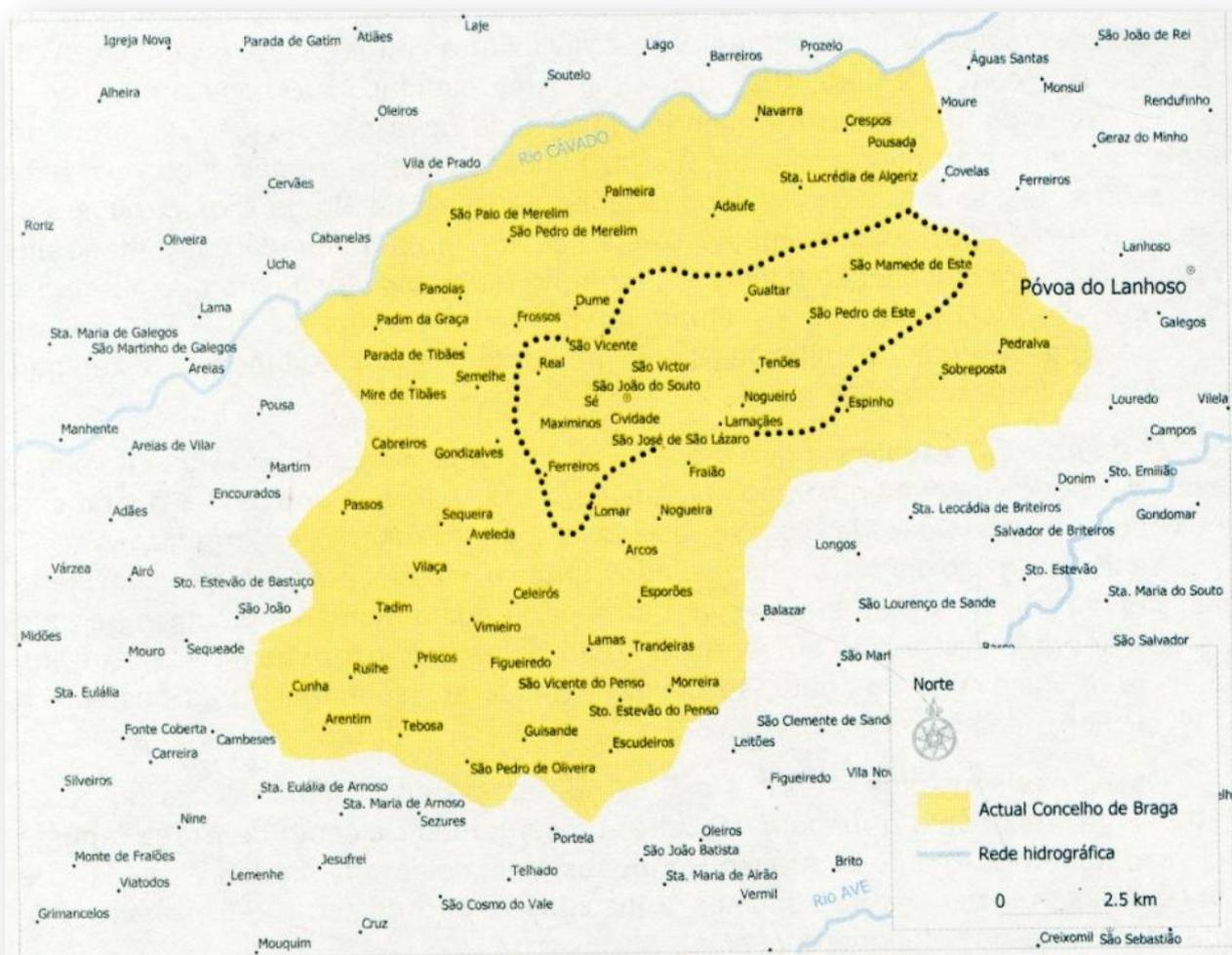
Anexo 1 - Fachada do Arquivo Distrital de Braga



Anexo 2 - Arcas do Século XVIII que guarda os arquivos do Cabido e Mitra da Sé de Braga

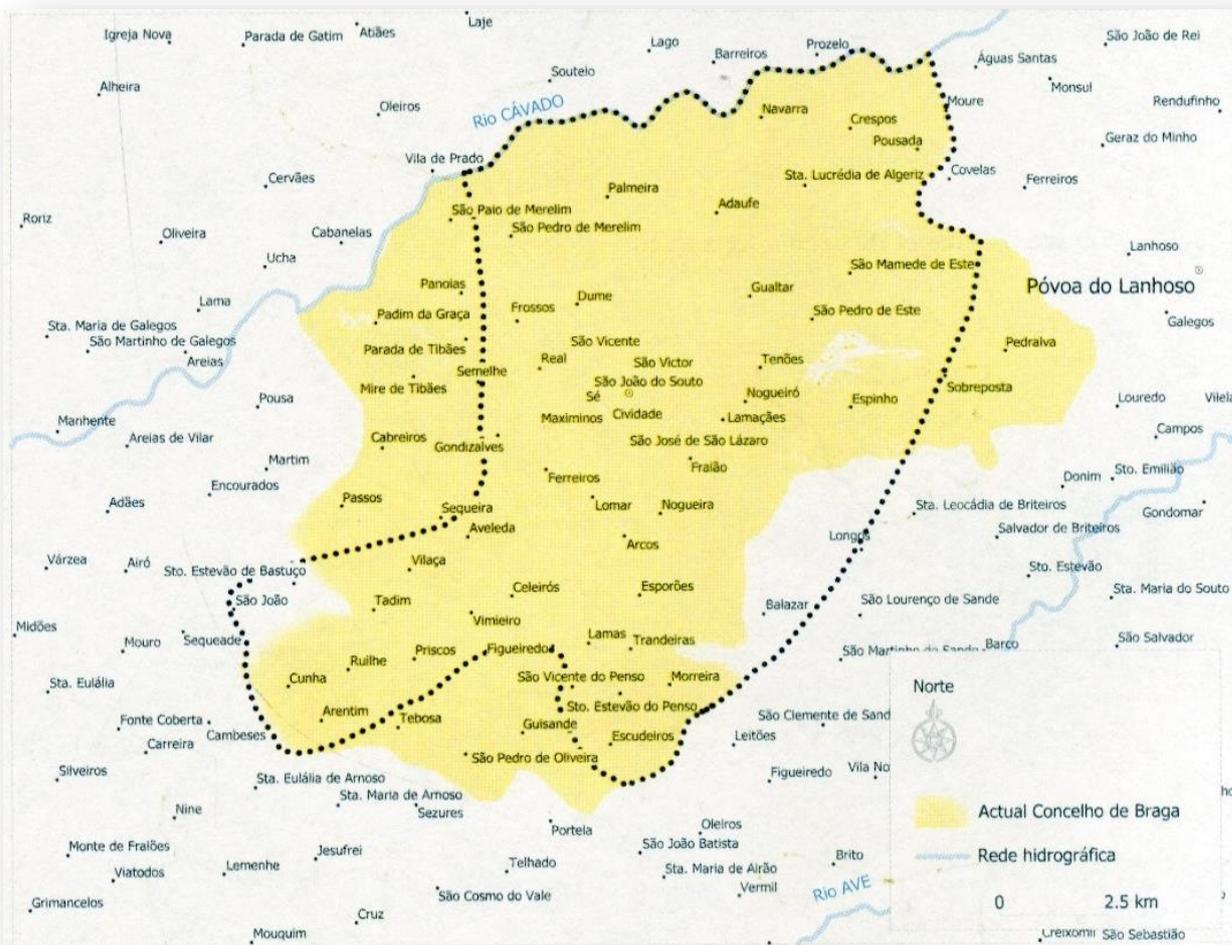


Anexo 3 - Mapa que representa Braga e o seu termo no século IX (873)



Fonte: Marques, José «Senhorio de Braga e Arcebispos da Independência», Bracara Augusta, XLIX, nº103 (116) (2000), 168

Anexo 4 - Mapa que representa Braga e o seu termo no século XII (1128)



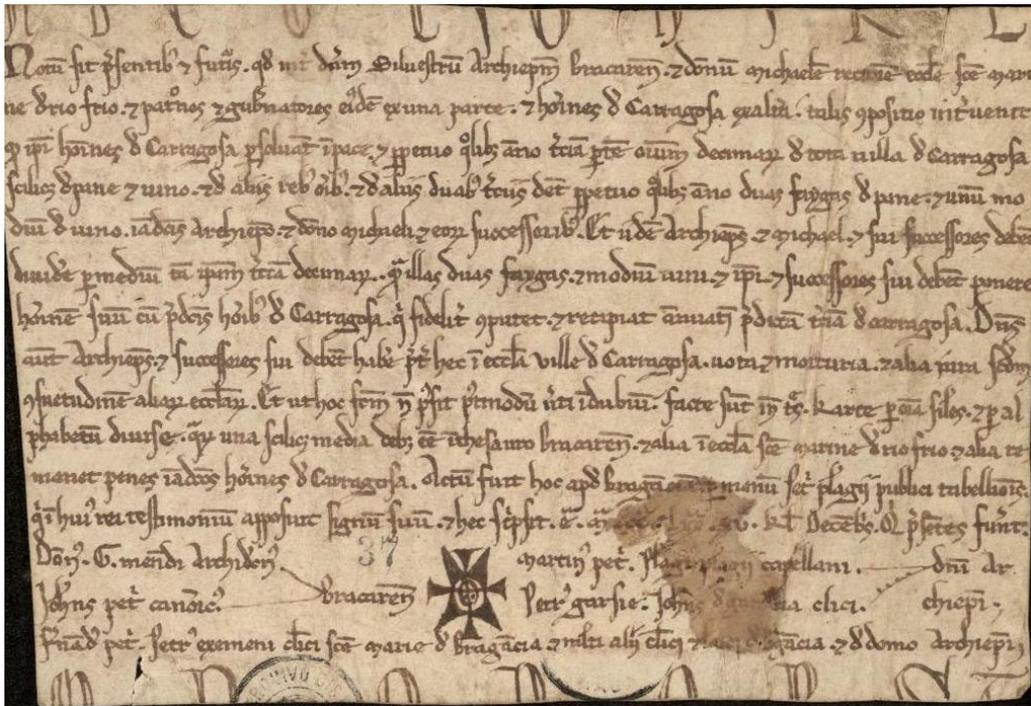
Fonte: Marques, José «Senhorio de Braga e Arcebispos da Independência», Bracara Augusta, XLIX, nº103 (116) (2000), 173

Anexo 5 - Tabela com os bispos e arcebispos de Braga desde 1071 (restauração da diocese) a 1505 (século XVI)

Período de Governo	Bispo/Arcebispo
1071-1091	D. Pedro
1096-1108	S. Geraldo
1109-1118	D. Maurício Burdino
1118-1137	D. Paio Mendes
1138-1175	D. João Peculiar
1175-1188	D. Godinho
1189-1209	D. Martinho Peres
1209-1212	D. Pedro Mendes
1212-1228	D. Estevão Soares da Silva
1229-1244	D. Silvestre Godinho
1245-1255	D. João Egas
1256-1271	D. Martinho Gerales
1273	D. Pedro Julião
1275-1278	D. Ordonho Álvares
1279-1292	D. Fr. Tello
1295-1313	D. Martinho Pires de Oliveira
1313-1325	D. João Martins de Soalhães
1326-1348	D. Gonçalo Pereira
1349-1361	D. Guilherme de La Garde
1361-1371	D. João de Cardaillac
1371	D. Vasco
1374-1397	D. Lourenço Vicente
1398-1416	D. Martinho Afonso de Miranda
1416-1467	D. Fernando da Guerra
1468-1480	D. Luis Pires
1481	D. João de Melo
1482-1485	D. João Galvão
1486-1501	D. Jorge da Costa
1501-1505	D. Jorge da Costa (Cardeal)

Fonte: Cunha, Rodrigo da (D.). *História Eclesiástica Dos Arcebispos de Braga*. Edição Fac-Similada. Braga: Cabido Metropolitano, 198

Anexo 6 - Composição do ano de 1237 da autoria do arcebispo D. Silvestre Godinho – *Colecção Cronológica*, cota 39



Anexo 7 - Doação da autoria de D. Afonso Henriques dirigida ao arcebispo D. Paio Mendes - *Colecção Cronológica*, cota 12 (verso)



Apêndice 1 - Base de Dados descritiva da *Colecção Cronológica* – nova versão revista e adaptada, criada no âmbito do estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga. Ver ficheiro Excel “Base de Dados Descritiva”

Apêndice 2 - Complemento informativo da Base de Dados descritiva, criado no âmbito do estágio realizado no Arquivo Distrital de Braga. Ver ficheiro Excel “Guião Descritivo”